

Municípios



A Revista da Associação Paulista de Municípios

DE SÃO PAULO

ANO XII

NÚMERO 108

JULHO/AGOSTO 2025



26 A 28 DE AGOSTO DE 2025
MERCADO LIVRE ARENA PACAEMBU

CONGRESSO
ESTADUAL DE
MUNICÍPIOS

SÃO PAULO

ESTADUAL DE MUNICÍPIOS
MACHADO DE CARVALHO

mercado
livre
ARENA
PACAEMBU

mercado
livre
ARENA
PACAEMBU

mercado
livre
ARENA
PACAEMBU



CONGRESSO
ESTADUAL DE
MUNICÍPIOS

SÃO PAULO

26 A 28 DE AGOSTO DE 2025

MERCADO LIVRE ARENA PACAEMBU

O encontro
municipalista mais
tradicional do Brasil
já tem data marcada.
***E será em um local
surpreendente.***

Pela primeira vez, o CONGRESSO ESTADUAL DE MUNICÍPIOS
será na Capital Paulista. **Anote na agenda:**
de 26 a 28 de agosto, nosso encontro será em SÃO PAULO!

O local escolhido é um símbolo
de São Paulo, modernizado
e pronto para receber um
evento que será histórico:

o **MERCADO LIVRE
ARENA PACAEMBU.**

Nosso Congresso será um
dos primeiros grandes eventos
da mais moderna arena de
eventos da Capital Paulista.

Inovação e tecnologia
no evento municipalista
mais esperado do ano!



Gestor, anote na sua agenda e leve sua equipe para o encontro municipalista mais aguardado do ano. Sua administração só tem a ganhar!

- ✓ 3 dias de imersão para gestores públicos
- ✓ Participação dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário
- ✓ Participação da União, do Estado e dos Municípios
- ✓ Networking, formação e palestras
- ✓ Presença de setor privado, do poder público e da sociedade civil
- ✓ Plenárias, debates e feira de soluções públicas
- ✓ Entrega de Prêmios
- ✓ Apresentações Culturais e Esportivas



As inscrições são gratuitas. Acesse o site e fique por dentro de todas as novidades do 67 Congresso Estadual de Municípios

congresso.apaulista.org.br

ACOMPANHE AS REDES SOCIAIS DA APM PARA FICAR POR DENTRO DE TODAS AS NOVIDADES DO 67º CEM.
NOS VEMOS EM SÃO PAULO!



[instagram.com/apm.sp](https://www.instagram.com/apm.sp)



[facebook.com/apaulistasp](https://www.facebook.com/apaulistasp)



www.apaulista.org.br

Realização

Apoio



**CIDADE DE
SÃO PAULO**





Já reparou que São Paulo tá ficando mais verde?

A PREFEITURA ESTÁ FAZENDO O MAIOR INVESTIMENTO AMBIENTAL DA HISTÓRIA.

- 40 bilhões de reais de investimento 2024/2025.
- 120 mil novas árvores plantadas até o fim do ano.
- 12 novos parques inaugurados. Já são 120 por toda a cidade.
- Coleta seletiva em 100% da cidade.
- Troca de todos os caminhões de coleta a diesel por biometano produzido nos aterros da Prefeitura.
- 50 bosques urbanos e 1.000 jardins de chuva até 2028.
- A maior frota de ônibus elétricos do Brasil, com 750 ônibus.
- Mais de 50% da cidade já conta com cobertura verde.



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

verde

Aqui o trabalho não para.

Smart Sampa. Inteligência para deixar São Paulo mais segura.



+31 MIL
CÂMERAS EM TODA A CIDADE

+1.500
FORAGIDOS PRESOS



O **Smart Sampa** é o maior sistema de monitoramento de segurança da América Latina. São câmeras inteligentes para ajudar a prender criminosos. É a **Prefeitura de São Paulo** usando a tecnologia para deixar a cidade mais segura.



SAIBA MAIS
E INSCREVA
A SUA CÂMERA



PREFEITURA DE
SÃO PAULO



ÍNDICE / EXPEDIENTE



Pág. 8 a 13 Congresso Estadual de Municípios pela primeira vez será em São Paulo



Págs. 10 e 11 Mobilização Já! prefeitos têm 90 dias para destravar a pauta municipalista

Pág. 18 a 23 São Paulo: Cidade em Destaque

Pág. 24 e 25 Segurança Jurídica e transparência atraem mais de 10 mil empresas de outras cidades para São Paulo, só no primeiro semestre de 2025

Pág. 26 a 28 Produtores Locais elevam produção de Macadâmia e fortalecem cadeia da noz, no interior

Pág. 29 Em Ibitinga, Cadeia Produtiva Local destaca o Bordado

Pág. 30 a 32 Estudo da USP revela porque as aves megacoloridas sumiram das cidades

Pág. 34 a 36 Sebrae-SP inaugura unidade Sebrae Aqui na USP com foco em inovação

Pág. 37 MPSP e APM realizam pesquisa com prefeituras sobre respostas municipais às emergências climáticas

Pág. 38 a 41 Do entulho à arte: reciclagem de RCD e inclusão em comunidades urbanas paulistas

Pág. 42 Chamada Pública mapeia soluções tecnológicas para cidades inteligentes no Estado de São Paulo

Pág. 43 e 44 Transformar para Transformar: São Paulo Impulsiona a Revolução Digital no Brasil

Pág. 45 e 46 Programa de Apoio aos Municípios Cau/Sp: Aproximação que gera resultados

Pág. 47 e 48 Inexigibilidade de licitação, um instrumento de gestão sob o olhar do controle

Pág. 49 e 50 Educação Inclusiva um compromisso ético e constitucional

Pág. 52 e 53 Loterias Municipais: arrecadação, projetos sociais e desenvolvimento

Pág. 54 a 57 Mulheres em Destaque



A Revista Municípios de São Paulo é uma publicação bimestral da Associação Paulista de Municípios- APM

PRESIDENTE

Fred Guidoni

TEXTOS, EDIÇÃO E JORNALISTA RESPONSÁVEL :

Maria Isabel Pereira

EDIÇÃO DE ARTE

DIAGRAMAÇÃO:

Antônio Pereira da Silva (Tota)

PUBLICIDADE

Anuncie na revista Municípios de São Paulo e fale diretamente com os 645 municípios paulistas.

FALE CONOSCO

Tel: 11 2165 9999

apaulista@apaulista.org.br

Julho/Agosto 2025

A Revista Municípios de São Paulo não se responsabiliza por ideias e conceitos emitidos em artigos ou matérias assinadas, que expressam apenas o pensamento dos autores, não representando, necessariamente a opinião da direção da revista. - A publicação se reserva o direito, por motivos de espaço e clareza, de resumir cartas, artigos e ensaios.



Ineditismo que fortalece

Há mais de sete décadas, desde os primeiros encontros nos anos 50, o Congresso Estadual de Municípios percorre o interior paulista sem nunca ter realizado uma edição na capital. Entre 26 e 28 de agosto de 2025, essa escrita muda: o Estádio do Pacaembu, patrimônio histórico e afetivo da cidade de São Paulo, receberá o 67º Congresso Estadual de Municípios, reunindo os 645 municípios paulistas sob as arquibancadas que já testemunharam grandes vitórias esportivas.

O palco inédito simboliza o que move o municipalismo: fazer diferente para chegar mais longe. Foi a voz coesa das prefeituras paulistas — e que ecoa em todo o país — que ajudou a impulsionar conquistas históricas, como os três adicionais de 1 % no FPM, que já somam mais de R\$ 150 bilhões injetados diretamente nos cofres locais, e um conjunto de avanços que ultrapassa R\$ 1,8

trilhão em 45 anos de mobilização. Cada vitória nasce quando as cidades falam juntas e ganha força em encontros como este.

Por isso, a Associação Paulista de Municípios convida prefeitas, prefeitos, vereadores, vereadoras, técnicos e lideranças municipalistas a viver três dias de debates, oficinas e feira de inovação no coração de São Paulo. Discutiremos sobre todos os principais temas importantes para os

Municípios como mobilidade urbana, inteligência artificial, sustentabilidade fiscal e financiamento verde — temas que exigem, agora mais do que nunca, a união que sempre caracterizou o nosso Congresso. E o mais fundamental de todos: a verdadeira mudança que precisa ser feita no pacto federativo com maior participação dos municípios não só nas responsabilidades mas acima de tudo na participação e divisão das receitas.

O Pacaembu será palco de mais uma partida decisiva: a da autonomia municipal, da boa gestão e da qualidade de vida para 45 milhões de paulistas. Traga suas conquistas, seus desafios e suas propostas. Unidos, mostramos que grandes transformações começam onde a vida acontece: no município.



Fred Guidoni

Presidente da Associação Paulista de Municípios



Encontro histórico será marcado pela presença de lideranças estaduais. Na foto o secretário Gilberto Kassab e a diretoria da APM, logo após a posse

Congresso Estadual de Municípios pela primeira vez será em São Paulo

De 26 a 28 de Agosto, a APM transforma a Mercado Livre Arena Pacaembu, no centro de decisões políticas do Estado de São Paulo. São esperados 7 mil visitantes que participarão de mais de 200 palestras em 3 dias

No fim de agosto, o Pacaembu voltará a ser território de multidões — mas, desta vez, a escalação é outra. Em campo, prefeitos, ex-prefeitos e lideranças; nos auditórios, governador, secretários, ministros, poder legislativo e judiciário; no ginásio, trabalhos autorais que carregam a assinatura de artesãos

da capital. Sob o tema “**Municipalismo 5.0: inovação, governança e sustentabilidade**”, o **67° Congresso Estadual de Municípios** ocupará a Mercado Livre Arena Pacaembu, de 26 a 28 de agosto, com a promessa de erguer, em três dias, um mapa vivo das urgências e das soluções das cidades paulistas. Promovido pela Associação

Paulista de Municípios, a organização do evento espera cerca de 7 mil participantes — números à altura do gigantismo do espaço: serão mais de 200 temas, cerca de 100 palestrantes e mais de 60 horas de conteúdo por dia distribuídas entre plenário principal, quatro arenas temáticas e um Espaço Educação. Para dar conta do volume, a logística será



Os anfitriões do evento: Prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes e o Presidente da APM Fred Guidoni, prontos para escrever uma nova história no Pacaembu

cirúrgica e para aproveitar, a regra número um é simples e inegociável: inscrição prévia no site (gratuita) e atenção aos lugares. Nas arenas, as vagas são limitadas: apenas 50 por tema. Chegue cedo, confirme presença, garanta assento e receba o certificado de participação.

O anúncio de que o congresso - o mais tradicional do municipalismo brasileiro - desembarcaria pela primeira vez na capital, depois de mais de seis décadas, veio com o entusiasmo de Fred Guidoni, presidente da Asso-

ciação Paulista de Municípios (APM). ***“Estamos muito orgulhosos em trazer o nosso tradicional Congresso Estadual de Municípios para a Capital Paulista, que receberá milhares de gestores, técnicos e lideranças públicas de todas as esferas de governo para três dias de muito aprendizado e intercâmbio”,*** diz Guidoni. ***“Poder realizar o evento na Mercado Livre Arena Pacaembu é ainda mais especial, em uma iniciativa que foi possível graças ao apoio institucional da Prefeitura de São Paulo, na figura do Prefeito***

Ricardo Nunes e do Diretor Geral da Concessionária Allegra Pacaembu, Rafael Carvalho”, destaca.

A cena que dá o tom político da semana foi desenhada antes, no Palácio dos Bandeirantes. Tarcísio de Freitas, governador de São Paulo, recebeu Fred Guidoni e cravou a importância do encontro: ***“Ter esse evento sendo realizado aqui na Capital tem um simbolismo e uma oportunidade de trocar experiências, discutir o cenário político, discutir o cenário econômico,***



O Governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, já confirmou que estará lá e ainda vai para o campo, jogar bola com os prefeitos

falar um pouco de questões relevantes, como a questão do imposto de renda, Reforma Tributária e outros temas que podem afetar a receita dos municípios. Também é uma importante ocasião para falar da Parceria do Estado com os municípios”, afirmou. E, ao lembrar que o primeiro dia termina com bola rolando, concluiu: “É uma oportunidade de congraçamento, de interação, com os representantes dos municípios. Conto com vocês no Pacaembu, vai ser um grande evento histórico aqui na cidade de São Paulo”.

Do outro lado da Praça Charles Miller, o anfitrião reforçou o convite. *“Nós estamos muito felizes em receber o CEM, que pela primeira vez acontece em São Paulo depois de quase sete décadas de história. Será*

um enorme prazer receber as prefeituras e os prefeitos aqui no Pacaembu. A gente está preparando muitas coisas legais para todos os visitantes, e tenho certeza de que vai ser um grande evento, com muitos avanços para os municípios paulistas”, destacou Ricardo Nunes, prefeito de São Paulo.

Na infraestrutura, quem abre os bastidores é a concessionária do complexo. *“Eventos qualificados e diversificados como esse demonstram que nossa fase de operações está cada vez mais consolidada. Este Congresso será realizado em diferentes espaços da Mercado Livre Arena Pacaembu, tais como o Salão Itápolis (espaço construído sob a Arquibancada Leste do estádio municipal Paulo Machado de Carvalho)*

e o Mercado Pago Hall, o que destaca nossa capacidade de coordenar e utilizar nossos equipamentos simultaneamente”, diz Eduardo Barella, CEO da Allegra Pacaembu. “Para nós, é um prazer receber o 67° Congresso da APM. Saber que é a primeira vez que esse evento acontece na capital paulista aumenta nossa responsabilidade, mas também nos enche de orgulho pela confiança depositada pelos agentes públicos do país no projeto”, completa Rafael Carvalho, diretor estatutário da Concessionária Allegra Pacaembu.

Um estádio, muitos palcos

O Pacaembu que receberá prefeitos e equipes técnicas é o mesmo estádio que a cidade aprendeu a olhar de novo: re-

O presidente Fred Guidoni, o prefeito Ricardo Nunes e o secretário municipal de Esportes e Lazer da cidade de São Paulo, Rogério Lins



vitalizado, com centro de convenções no subterrâneo, pista de atletismo e uma operação que combina charme histórico com desenho contemporâneo. É simbólico - e conveniente. A malha de conteúdo do congresso se espalha por espaços diferentes, permitindo que painéis e arenas aconteçam em paralelo e que o público circule sem perder o fio. ***“O Pacaembu é palco de momentos históricos do esporte e do País. E vamos escrever mais um grande capítulo entre os dias 26 e 28 de agosto. Será um encontro grandioso, com muitas novidades e uma programação preparada com todo o cuidado para que os gestores públicos troquem conhecimentos e levem grandes con-***

quistas para seus municípios”, disse Fred Guidoni.

No Plenário Principal, o roteiro começa com a pergunta essencial: como dar conta da educação básica — do piso do magistério ao transporte escolar — enquanto se incorporam novas práticas pedagógicas e IA generativa para reduzir desigualdades e melhorar a aprendizagem? Ao longo do dia, viram prioridade a resiliência diante de eventos climáticos extremos (queimadas, alagamentos, prevenção, brigadas municipais, integração federativa) e a travessia do saneamento rumo à universalização até 2033, com regionalização e modicidade tarifária no radar. À tarde, a sala aquece com Refor-

ma Tributária e Pacto Federativo — legislação, transição do ISS ao IBS, impactos na arrecadação — antes da sessão solene de abertura. No dia seguinte, entram turismo e economia criativa, securitização da dívida, a agenda municipalista no Congresso (PECs que reformatam responsabilidades e finanças locais), habitação e desenvolvimento social, segurança pública municipal, governo digital e saúde pública. O último dia puxa a pauta da transição energética e do transporte público sustentável, discute subsolo urbano e fecha com parcerias público-privadas e órgãos de controle. É um mergulho técnico, mas com implicações imediatas para qualquer prefeitura.



As arenas como laboratórios (com vagas disputadas)

Quatro arenas e um Espaço Educação formam o lado “mão na massa” do Congresso. O formato é íntimo — cerca de 50 lugares por tema — ideal para promover o debate de boas práticas e oferecer aos participantes capacitação técnica com direito a certificado. Participar, porém, exige uma coreografia simples para não ficar de fora: inscrição prévia no site e um roteiro na mão.

Terça (26/8) estreia com o municipalismo do cotidiano: saúde e gestão de pessoas (do financiamento da atenção básica à telemedicina e saúde mental), temas de solo e moradia (regularização fundiária e habitação) e o bloco que mexe no caixa — compras públicas mais inteligentes e desestatização. Em paralelo, outra arena discute adaptação às mudanças climáticas, economia circular e caminhos para descarbonizar o transporte, enquanto o Espaço Educação abre trilhas de gestão da rede, primeira infância e metodologias que funcionam.

Quarta (27/8) é o dia da tradução entre norma e prática. A nova Lei 14.133 aparece sem mistério (licitações, contratos e sanções), a Reforma Tributária ganha leitura aplicada ao dia a dia das prefeituras, e a agenda de inovação sai do discurso para o checklist — governança,

certificações, ESG e cidades criativas. A engrenagem administrativa segue com prefeitura sem papel, regionalização de serviços e mobilidade, e há espaço dedicado ao protagonismo feminino na gestão. Na educação, inclusão, competências digitais e organização da rede fecham o arco.

Quinta (28/8) amarra segurança, comunicação e financiamento. As arenas tratam de segurança pública com apoio tecnológico, comunicação governamental (do workshop de linguagem pública à convivência com redes sociais e “pós-lua”) e rotas de crédito e parcerias multilaterais para projetos municipais. Completa o quadro a cooperação com o terceiro setor e pautas de causa animal. O Espaço Educação encerra com conteúdos complementares para quem quer sair com tarefa pronta.

O site do Congresso concentra inscrição gratuita também para as arenas e atualização de salas e horários — o melhor atalho para transformar três dias em resultado concreto.

A bola rola (e desarma)

O primeiro dia tem um ritual de descompressão digno de estádio: às 17h, palestra do ex-jogador Raí que vai contar da sua história e falar sobre liderança e resiliência; às 18h, o Jogo de Futebol Municipalista — prefeitos, ex-prefeitos e autoridades

no gramado, sob as luzes de um Pacaembu que já viu de tudo. O governador e o prefeito prometeram aparecer no time. É o tipo de pauta que, paradoxalmente, ajuda a travar conversas duras: entre um carrinho e outro, ganha-se a coragem de discutir o que encarece a coleta de lixo ou atrapalha o atendimento na ponta.

Do feito à mão às políticas públicas

No ginásio, ao longo dos três dias, o programa Mãos e Mentes Paulistanas monta uma feira com curadoria. São 42 artesãos ao todo, 14 por dia. O espaço será preenchido por empreendedores que passam por critérios de identidade cultural, sustentabilidade, design, inovação e acabamento. A ideia é óbvia e eficaz: enquanto os painéis discutem economia criativa e desenvolvimento regional, o público encontra exemplos práticos de inclusão produtiva e qualidade. ***“Participar do Congresso Estadual de Municípios é uma forma de reforçar o protagonismo do artesanato paulistano. O Mãos e Mentes Paulistanas leva ao evento não só a beleza e diversidade do feito à mão, mas também o resultado de uma política pública que já transformou a trajetória de milhares de empreendedores na capital”***, reforça Rodrigo Goulart, secretário municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho.





O secretário de governo e relações institucionais Gilberto Kassab também já confirmou presença

Como participar (e não ficar de fora)

A inscrição é gratuita e obrigatória e deve ser feita em www.apaulista.org.br/67cem. É lá que estão a programação completa e as informações de serviço. Para quem pretende circular pelas arenas, vale o mantra: 50 vagas por tema, quatro arenas rodando em paralelo e um Espaço Educação com trilhas específicas — tudo no subterrâneo recém-construído da Arquibancada Leste, conectando-se ao Salão Itápolis e ao Mercado Pago Hall. Com tanta gente interessada, o mais prudente é garantir presença, escolher percursos e usar o congresso como se usa uma cidade

grande: sabendo que as oportunidades estão sempre à distância de uma esquina — ou de um auditório ao lado.

No fundo, o 67° CEM é um retrato ampliado do cotidiano das prefeituras: orçamento contado, demandas urgentes, tecnologia correndo mais rápido que a legislação, clima exigindo respostas novas, burocracia pedindo simplificação, e gente — muita gente — esperando serviços públicos que funcionem. O que será articulado no Pacaembu volta para casa em forma de consórcios fortalecidos, projetos reescritos, investimentos viáveis e políticas mais inteligentes. O resto, a tradição faz: arquibancadas, campo e ginásio

oferecem o cenário; os municípios, o conteúdo. E, quando o último painel terminar, a sensação buscada por todos é a mesma de quem marca um gol difícil: jogar melhor o jogo da cidade.

Serviço

67° Congresso Estadual de Municípios
26 a 28 de agosto
Mercado Livre Arena Pacaembu
(Praça Charles Miller, s/n, São Paulo-SP).

Inscrições gratuitas e programação:

www.apaulista.org.br/67cem



67° CEM



Com 67º Congresso da APM, Mercado Livre Arena Pacaembu celebra 85 anos projetando nova vida com intensa programação

Pela primeira vez na capital paulista, tradicional encontro de prefeitos e gestores públicos marca novo ciclo do estádio, que agora recebe eventos de todos os tipos — sem perder sua alma esportiva

SÃO PAULO — Pela primeira vez em sua história, o Congresso da Associação Paulista de Municípios acontece na cidade de São Paulo. E o endereço escolhido não poderia simbolizar melhor esse encontro entre passado e futuro, tradição e reinvenção: a Mercado Livre Arena Pacaembu. Aos 85 anos, o estádio que já foi o maior da América Latina abre suas portas a prefeitos, vereadores, se-

cretários e lideranças de todo o estado, reafirmando-se como espaço cívico, plural e conectado ao presente.

Mais do que uma sede para o 67º Congresso da APM, a antiga casa do futebol paulistano é agora palco de algo maior: um novo modelo de equipamento urbano, onde convivem esporte, cultura, lazer, inovação e negócios. Resultado de uma concessão municipal vencida em 2019 pela Allegra Pacaembu, com duração de 35 anos, a revitalização do complexo preserva o patrimônio tombado e o transforma em arena multifuncional, aberta à cidade e ao país.

Desde sua reinauguração, em janeiro de 2025, com a final da Copinha entre São Paulo e Corinthians, a Mercado Livre Are-





na Pacaembu já sediou partidas oficiais, shows, feiras de arte, convenções e eventos corporativos — todos convivendo com a vida esportiva do clube social, que continua ativa e gratuita em espaços como a Piscina Mercado Livre (única olímpica e pública da cidade) e a nova pista de atletismo, aberta das 6h às 22h.

Sob o antigo espaço do tobogã, atrás do gol Sul, hoje está instalado o Mercado Pago Hall, centro de convenções subterrâneo com capacidade para até 8 mil pessoas, onde ocorre o Congresso da APM. O espaço já recebeu o BJJ Stars, a feira de arte ArPa, o leilão beneficente de Neymar Jr., eventos do setor esportivo e desfiles da São Paulo Fashion Week. Em 2026, será entregue o Edifício Multifuncional, com hotel premium de 87 quartos (em parceria com a Universal Music), centro de reabilitação de atletas, estúdios e escritórios comerciais,

além de cinco restaurantes e uma passarela aberta a pedestres, conectando o bairro de Higienópolis (rua Itápolis) ao Pacaembu (rua Desembargador Paulo Passalacqua).

O complexo também conta com um elegante Salão Nobre, símbolo da arquitetura art déco paulistana, restaurado e reaberto para eventos institucionais, como o Prêmio de Governança do Esporte Brasileiro, promovido em junho pela Sport Insider. Já o Salão Itápolis, sob a arquibancada Leste, com capacidade para 3 mil pessoas, tem recebido eventos das áreas farmacêutica, educacional e de entretenimento. Em paralelo, 20 anos após um longo silêncio, o gramado que já tinha recebido gigantes da música como Luciano Pavarotti, Rolling Stones, Paul McCartney, Rita Lee e outros voltou a receber shows — com artistas como Luan Santana, Jorge & Mateus e Alok. Em setembro, virá

Andrea Bocelli. E tudo isso sem deixar de ser a casa do futebol em São Paulo: Corinthians, São Paulo e Portuguesa já passaram pelo gramado nesta nova fase.

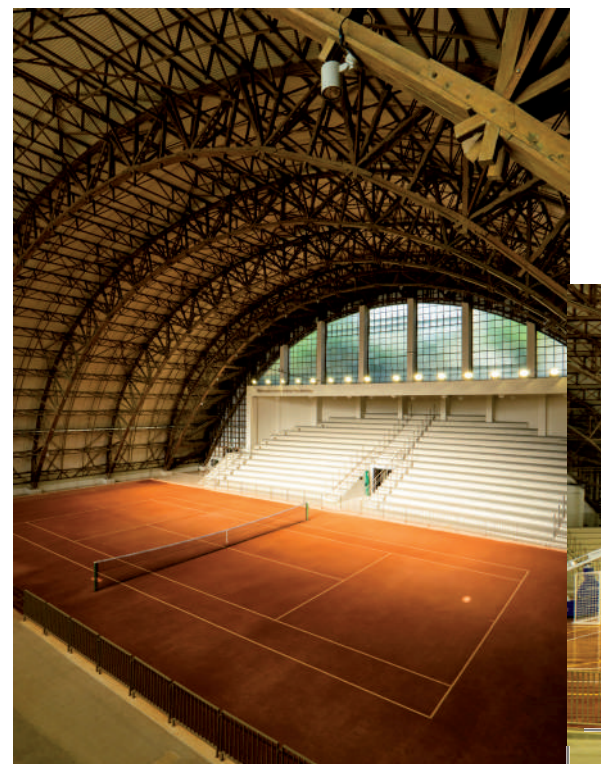
Mais que palco, a arena quer convidar a cidade para dentro. A movimentação diária de esportistas, famílias e visitantes transformou a Mercado Livre Arena Pacaembu num polo de circulação e ativação constante. O Ginásio Poliesportivo Mercado Livre sediou a 8ª Conferência Municipal da Cidade e o Jogo das Estrelas da Liga de Basquete Feminino, com direito a amistoso entre Brasil e Canadá. O Centro de Tênis, com suas madeiras curvas restauradas, recebeu a feira MADE de design e novos eventos culturais.

Tudo isso acontece sobre um terreno que já foi alagado e recebeu, há mais de um século, o nome indígena Pacaembu — "terras alagadas", em tupi. De área inóspita



a bairro nobre, a transformação começou com a doação do terreno pela Cia. City e a construção do estádio iniciada em 1936, num projeto que envolveu inclusive o escritor e então diretor de Cultura da cidade, Mário de Andrade (1893-1945). Inaugurado em 1940 com a presença de Getúlio Vargas, o estádio acompanhou o desenvolvimento do futebol brasileiro, sendo palco de partidas da Copa de 1950, da consagração da seleção de 1958, e eternizando-se como casa da paixão paulistana pelo esporte. Na época, o projeto também continha uma concha acústica para shows e eventos culturais, que acabou demolida em 1969 para a ampliação conhecida como tobogã: funcional do ponto de vista do aumento da capacidade, mas completamente alienígena do ponto de vista arquitetônico.

Desde 1994 tombado pelo Condephaat, o estádio mantém sua identidade e memória — o que explica as poucas mudanças no projeto original e a preferência pela ampliação subterrânea, com mais de 20 mil metros quadrados adicionados com a criação do Mercado Pago Hall e dos salões sob as arquibancadas que, depois de demolidas, foram recriadas mantendo a mesma geometria.





Esses acréscimos nas arquibancadas permitiram um conceito de conforto acessibilidade ainda maior para os espectadores, que agora ganham corredores com banheiros e bares, em vez de terem que recorrer aos banheiros químicos da época da administração municipal.

Agora, o complexo olha para o futuro com a mesma grandeza. “O objetivo sempre foi resgatar a história do complexo e dar a ele um novo sentido de uso: democrático, vibrante e sustentável”, resume Eduardo Barella, CEO da Mercado Livre Arena Pacaembu. “Receber o Congresso da APM na capital, neste espaço, é um marco que nos enche de orgulho e reafirma nossa missão.”

Aos 85 anos, o Pacaembu se transforma, sem esquecer o que foi. E prova que os estádios do futuro não são apenas onde se grita gol — mas onde se ouvem ideias, se firmam parcerias e se constrói, coletivamente, ideais mais avançados de convivência urbana.





Segurança: Smart Sampa conta com mais de 31 mil câmeras de monitoramento instaladas em pontos estratégicos na cidade

Prefeitura de São Paulo faz mais de 100 entregas e investimentos de R\$ 3,9 bilhões no 1º semestre de 2025

Crédito: Divulgação/Secom- Prefeitura de São Paulo

Início da nova gestão é marcada por entregas em saúde e educação, além de inauguração do primeiro Centro TEA, voltado para pessoas com Transtorno do Espectro Autista

Nos primeiros seis meses da atual gestão, a Prefeitura de São Paulo consolidou 109 grandes entregas em todas as regiões da cidade, com investimentos que somam R\$ 3,9 bilhões. O período foi marcado por inaugurações de unidades de saúde e educação,

requalificação de terminais de ônibus, novos parques, urbanização de áreas vulneráveis e mais de 1,5 mil novas moradias populares. Entre as ações de maior impacto estão a entrega do CEU Rei Pelé, o pioneiro Centro TEA, voltado a pessoas com Transtorno do Espectro Autista, e o programa

Mamãe Tarifa Zero, que garante transporte gratuito para mães levarem seus filhos à escola. A atual gestão também está investindo R\$ 1,9 bilhão em obras iniciadas nesse período.

No Centro TEA, localizado na Zona Norte, os atendimentos são reali-



Investimentos em educação englobam construção e reforma de unidades, além da garantia de alimentação de qualidade, uniformes e material escolar

zados por uma equipe multidisciplinar, composta por profissionais da área de psicologia, assistência social, fonoaudiologia, terapia ocupacional, nutrição, educação física, psicopedagogia, neurologia e psiquiatria. O Centro TEA atua com base em seis eixos principais: Cultura, Esporte, Trabalho e Empreendedorismo, Cursos de Formação, Bem-Estar e Autonomia Social e Expansão dos Horizontes.

O CEU Pelé, na região de Itaqueira, Zona Leste, é o primeiro Centro Educacional Unificado (CEU) sustentável, com conectividade de alta qualidade e segurança, e o 59º da cidade. O CEU agrega

um complexo educacional com a EMEF Ruth de Souza, UNICEU/ Polo de Formação, CIEJA, Salas de Multiuso, Laboratórios de Educação Digital (LED) e uma Sala de Coworking.

Dando ênfase em seu compromisso com a proteção ambiental e a resiliência climática, nos primeiros 180 dias a nova gestão entregou 350 novos ônibus elétricos e 56 caminhões movidos a biometano, contribuindo para a redução das emissões de poluentes no transporte público e de coleta de resíduos. Também foram inaugurados três parques – Apurá (Núcleo Pilão), Córrego do Bispo e Morumbi Sul – e lançada a Trilha

Interparques, com 182 km de extensão, promovendo a ampliação de áreas verdes e a conectividade ecológica no território urbano. No período, foram plantadas 50 mil árvores, implementados bosques urbanos e instalados 15 novos Jardins de Chuva, totalizando 420 unidades voltadas à drenagem sustentável. Os Jardins de Chuva são uma solução natural para melhorar a drenagem urbana. Essas áreas verdes permitem que a água da chuva infiltre no solo, aliviando o sistema de drenagem e ajudando na prevenção de enchentes.

Além disso, duas novas unidades de conservação foram criadas: a





CEU Rei Pelé fica na Zona Leste, é o 59º da cidade e agrega um complexo educacional

Floresta Municipal Fazenda Castanheiras (FLOMU) e o Monumento Natural Pico do Votussununga – Morro do Cruzeiro. No caso da floresta, a proposta é usar a área para trilhas ecológicas, ecoturismo e ações de educação ambiental, com geração de renda sustentável para a comunidade local. Estão previstas parcerias para a implantação de sistemas de agrofloresta, cultivo de plantas medicinais e alimentícias não convencionais, coleta de sementes e produção de mudas de espécies nativas da Mata Atlântica.

Na mobilidade, foram entregues mais 18 km de novas estruturas cicloviárias e 20,5 km adicionais de Faixa Azul, uma faixa preferencial de motos.

Ainda houve a recuperação estrutural de cinco viadutos, a duplicação do complexo viário João Beizola, a requalificação de três terminais e a entrega da primeira fase do terminal Itaquera, também uma demanda de uma das regiões mais populosas da cidade. Além da conclusão da PPP dos terminais urbanos do Bloco Leste, com investimentos previstos de R\$ 575 milhões.

Saúde e segurança

Nos primeiros seis meses da gestão, a Prefeitura reforçou a segurança urbana com a contratação de 500 novos agentes para a Guarda Civil Metropolitana (GCM), que agora conta com um efetivo de 7.500 integrantes. No mesmo

período, foram integradas mais 10 mil câmeras ao sistema de monitoramento Smart Sampa, que totaliza 31 mil equipamentos instalados em pontos estratégicos da cidade. Para ampliar a eficiência do sistema, todos os novos equipamentos públicos entregues pela administração estão sendo conectados à rede do Smart Sampa, fortalecendo a vigilância e a prevenção em todo o território municipal. Em mais uma ação de reforço à segurança, aliando inovação e combate ao aquecimento global, a frota de veículos da Guarda Civil Metropolitana (GCM) foi incrementada com 50 viaturas elétricas, modelo JAC E-JS4, consolidando São Paulo como referência em sustentabilidade e modernização na segurança urbana.



Ônibus elétrico: capital recebeu 350 novos veículos nos primeiros 180 dias da atual gestão

Mamãe Tarifa Zero oferece gratuidade no transporte para que mães, pais e responsáveis possam levar crianças matriculadas na rede municipal





Jardim de Chuva na região central: solução natural para melhorar a drenagem urbana

Para garantir o acesso da população à saúde de qualidade, a Prefeitura ampliou e requalificou a rede de atendimento em São Paulo. Foram entregues três novas UPAs, um novo Centro de Exames da Mulher, um Centro Especializado em Reabilitação (CER) e três novas instalações de equipamentos – duas Unidades Básicas de Saúde (UBSs) e uma AMA-E. A infraestrutura de urgência e emergência também foi reforçada com a entrega de 60 novas motos para o Samu e a implantação do primeiro heliponto de

emergência na Marginal Tietê. Os investimentos contínuos na formação de professores e na expansão e qualificação da infraestrutura educacional, com a entrega de novos e modernos equipamentos, fundamentais para garantir melhores condições de ensino e aprendizagem, levaram a Rede Municipal de Ensino de São Paulo a superar a meta nacional de alfabetização no 2º ano do Ensino Fundamental. Com isso, a Prefeitura ultrapassou a meta de alfabetização estabelecida pelo Ministério da Educação

(MEC) para 2024, fixada em 44,3%, e a cidade de São Paulo se tornou a terceira capital que mais cresceu no índice. O fortalecimento da rede é contínuo, com a entrega de mais quatro unidades de educação no primeiro semestre.

Obras iniciadas e em andamento

Além das entregas realizadas, outras 37 obras foram iniciadas nos primeiros seis meses de gestão, incluindo novos equipamentos,





Capital conta com 20,5 km de Faixa Azul, faixa preferencial para motos

obras de drenagem e combate às enchentes, como os novos reservatórios Rio Verde, na zona leste, e Paraguai-Éguas, na zona sul, e obras de mobilidade urbana, como o início da construção do túnel sob a Av. Cecília Lottenberg.

Entre os projetos em andamento, destacam-se as Parcerias Público-Privadas (PPPs) do Parque Dom Pedro II, Esplanada da Liberdade, Boulevard JK e Marquês de São Vicente. Também estão previstos o VLT Bonde São Paulo, a constru-

ção do Túnel Sena Madureira e a extensão da Avenida Roberto Marinho, que incluirá um parque linear e empreendimentos habitacionais. Na assistência social, estão previstas mais quatro unidades das Vilas Reencontro – programa que oferece moradias transitórias para acolhimento de famílias em situação de rua. Já o Armazém Solidário do M'Boi Mirim, mercado que vende produtos com valores em média 30% abaixo dos preços praticados no comércio tradicional a pessoas em vulnerabilidade social, foi inau-

gurado este mês. Na área de habitação, o retrofit do Edifício Praça da Bandeira, iniciado em janeiro, vai criar 44 novas moradias no centro da cidade. Já a reurbanização do Bairro Dois Amores, na zona sul, começou em abril e beneficiará 184 famílias. Ainda no setor habitacional, o Programa Pode Entrar tem atualmente 43 mil unidades com obras em andamento. Na cultura, destacam-se o início das obras da Casa de Cultura São Mateus e a restauração da Capela dos Aflitos, ambas iniciadas em abril.





Segurança jurídica e transparência atraem mais de 10 mil empresas de outras cidades para São Paulo só no primeiro semestre de 2025

Desde 2021, mais de 84 mil estabelecimentos mudaram para a capital e trouxeram R\$ 3,2 bilhões em arrecadação para os cofres públicos



Atraídas pela segurança jurídica proporcionada por uma série de ações da Prefeitura de São Paulo, 10.104 empresas de outras cidades se mudaram para a capital somente no primeiro semestre de 2025, número 21% maior do que o registrado no mesmo período do ano passado. No total, a cidade foi escolhida por 84.391 empresas com sede em outros municípios desde 2021, o que resultou na arrecadação de R\$ 3,2 bilhões para a capital. O cenário positivo da economia paulistana, resultado dos esforços da Prefeitura em criar um

ambiente cada vez mais seguro e transparente para quem deseja empreender, tem estimulado empresas de todo o país a investirem na cidade de São Paulo.

Os números também apontam crescimento empresarial no primeiro semestre de 2025: foram abertas 106.340 empresas na cidade, um crescimento de 15% em relação ao mesmo período de 2024. Desde 2021, são 819.028 novos empreendimentos. Esses indicadores refletem o dinamismo e a competitividade do município, que segue como principal polo econômico do país, reunindo infraestrutura, mão de obra qualificada e políticas públicas de estímulo ao empreendedorismo.

O crescimento no número de empresas em São Paulo reforça a vitalidade econômica da cidade e impulsiona a geração de empregos, consolidando um ciclo consistente de desenvolvimento com impacto direto na redução do desemprego, que ficou em seu menor patamar desde 2012, ano de início da série histórica do IBGE, com 5,8%. No primeiro trimestre de 2025, o índice da capital foi mais positivo do que a taxa de desemprego nacional, de 7%, e a do Estado, de 6,2%. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua). É a segunda vez em menos de um ano que a capital atinge o menor patamar de desocupação da série histórica. No terceiro trimestre do ano passado, a taxa de desocupação também ficou em 5,8%.

Os dados, que não incluem os Microempreendedores Individuais (MEIs), evidenciam a força do ambiente de negócios da cidade e a confiança do mercado no potencial econômico de São Paulo.

Os números positivos são resultado de uma política ativa para a geração de emprego e renda adotada nesta gestão, que vem implementando incentivos e inovações para tornar a capital cada vez mais competitiva e atrativa a investimentos privados, além da segurança jurídica, incentivos fiscais, simplificação da burocracia e oportunidades em parcerias público-privadas.

Incentivos

As Leis nº 17.719/21 e nº 17.875/22 reduziram a alíquota do ISS de 5% para 2% para atividades desenvolvidas por plataformas digitais que atuam em áreas como aluguéis, transporte de passageiros ou entregas, compra e venda de mercadorias (marketplace), administração de imóveis, audiovisual e serviços de monitoramento e rastreamento a distância de veículos, cargas e pessoas.

As medidas tiveram como objetivo estabelecer uma carga tributária mais adequada para reter e atrair contribuintes com alta mobilidade, garantindo geração de empregos e renda na cidade de São Paulo.

As atividades contempladas foram: franquias; intermediação de atividades de transporte, entrega e administração de imóveis; intermediação de aluguéis por meio de plataformas digitais; setor de programação visual, comunicação visual e serviços congêneres; além de serviços de monitoramento e rastreamento a distância.

Na capital, é possível abrir um estabelecimento em menos de 24 horas graças ao processo de desburocratização implantado pela Prefeitura desde 2023. Antes, o tempo médio era de até 100 dias.



Produtores rurais elevam produção de macadâmia e fortalecem cadeia da noz no interior

Com apoio do SP Produz, a macadâmia cultivada no interior de SP ganha valor com produtos derivados e tecnologia na cadeia produtiva

“São dez anos aprendendo e crescendo junto com a macadâmia”, conta Ellis Fernanda Fassina, de 27 anos, que trabalha com a noz — originária da Austrália e que encontrou no Brasil um terreno fértil para sua produção — em Bocaina, na região de Bauru, no interior paulista. O primeiro emprego

da jovem era com barrinhas de cereais, que tinham a oleaginosa como ingrediente, e depois passou a cuidar da seleção das nozes, de forma manual.

O trabalho, quase artesanal, era separar a casca da amêndoa, o que levava um dia inteiro para lim-

par poucos quilos com qualidade. Essa realidade mudou a partir da chegada da seletora digital óptica, uma das máquinas compradas com o fomento do programa SP Produz, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, que reconheceu a Cadeia Produtiva Local (CPL) da Macadâmia Tropical, ge-

Fotos: Divulgação/Governo de SP



Edinho Montenegro, presidente da Aprojape, que faz a gestão da Cadeia Produtiva Local da Macadâmia Tropical



Ellis Fernanda Fassina, conta como o maquinário digital agilizou e melhorou a produção da macadâmia

rida pela Associação dos Produtores Rurais do Vale do Rio Jacaré Pepira (Aprojape).

“Com a nova máquina, o que antes rendia de 30 a 50 quilos por dia, agora pode alcançar até 200 quilos por hora, se quisermos. Mudou completamente a nossa capacidade operacional de processamento da macadâmia”, afirma Edinho Montenegro, presidente da Aprojape.

“O serviço ficou mais leve e rápido”, diz Ellis, que hoje atua como gerente de produção e usa as mãos para operar a máquina com inteligência artificial, identificando nuances de tonalidades e defeitos nos frutos secos com precisão. “É gratificante, dá uma sensação boa ver o trabalho render com menor desgaste físico. Me sinto parte de algo que vai para muitas famílias”, afirma.

Outro avanço provocado pelo fomento foi a compra de um container refrigerado. “Antes, precisávamos vender a macadâmia logo após o processamento. Agora, conseguimos ampliar a validade dela em mais de um ano, o que dá mais segurança na conservação e a preserva com qualidade”, cita o presidente da associação.

O estado de São Paulo é o maior produtor nacional de macadâmia, responsável por cerca de 40% do total produzido no Brasil, de acordo com a Associação Brasileira de Nozes e Castanhas (ABNC). A predominância paulista na cultura

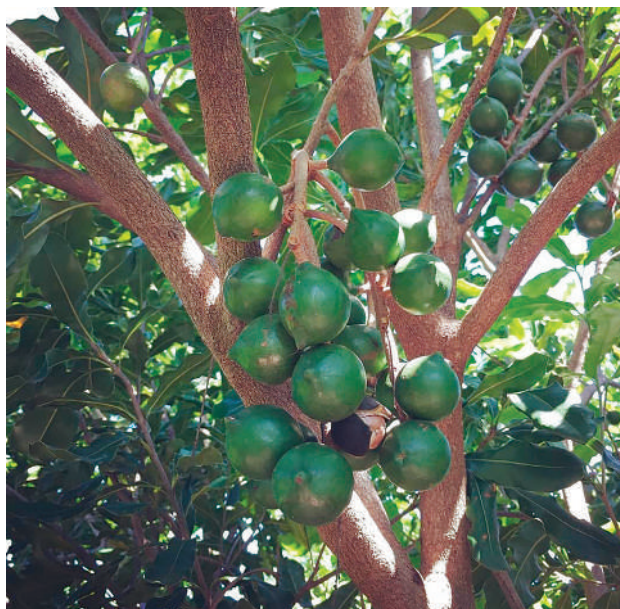


reforça a importância de políticas públicas como o SP Produz para modernizar e ampliar a capacidade produtiva da cadeia.

A CPL da Macadâmia Tropical recebeu recursos do edital 2024 do SP Produz. “O programa é uma oportunidade de conectar os elos produtivos de um setor, da matéria-prima à comercialização, criando um ambiente de cooperação, inovação e ganho de escala, com benefícios para todos os envolvidos. Qualquer setor que possa ser fomentado,

estruturado e apoiado pelo Governo do Estado pode buscar esse reconhecimento como cadeia produtiva local”, afirma Júlia da Motta, subsecretária de Competitividade e Desenvolvimento Econômico e Regional da SDE.

A CPL da Macadâmia Tropical atua prioritariamente em 14 municípios do Vale, localizados nas regiões administrativas de Bauru, Central e Campinas. Com mais de 50 associados, a cadeia traz benefícios a todos os membros, como melhoria da quali-



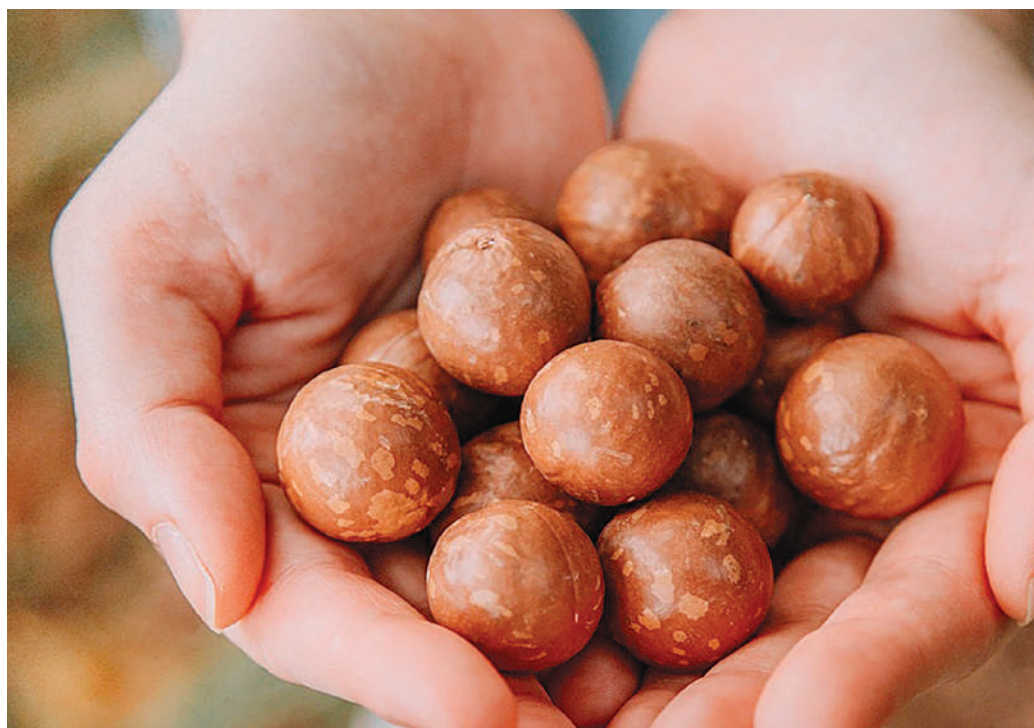
dade do produto e a redução de custos com o uso compartilhado de maquinários.

“A gestão compartilhada dos equipamentos entre os produtores facilita o acesso a tecnologias que, individualmente, seriam difíceis de adquirir, além de promover a troca de conhecimento e a profissionalização da cadeia”, afirma Ellis.

Produtos feitos com a macadâmia

A noz possui alto valor nutricional e versatilidade para se transformar em diversos produtos, como pães, sorvetes e queijos. Na CPL, há produtores que cultivam macadâmia certificada como orgânica, livre de insumos químicos, o que atrai compradores que veem valor para desenvolver seus próprios produtos orgânicos.

É o caso de Toco Cazzoli, chef de cozinha em Jaú, que destaca



o uso da noz nos pratos de seu restaurante. “Usamos no pesto de manjerição, pois a quantidade de gordura da castanha ajuda muito na preparação, além da farofa de macadâmia que utilizamos para finalizar entradas, pratos e sobremesas”, conta.

Já Victor José, produtor de queijo autoral feito com massa láctea,

fermento kefir e macadâmia de Ribeirão Bonito, compra a oleaginosa da CPL da Macadâmia e destaca que o queijo foi criado para valorizar a produção local. “A ideia do queijo surgiu como uma forma de valorizar o que a gente tem por aqui, unir tradições e ingredientes da nossa própria região”, explica.



Valdecir da Silva, turismólogo e artesão da Casa da Bordadeira de Ibitinga
Foto: Divulgação/Governo de SP

Em Ibitinga, Cadeia Produtiva Local destaca o Bordado

Com a Cadeia Produtiva Local (CPL) Bordados de Ibitinga, apoiada pelo programa SP Produz, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo (SDE), os tradicionais bordados de Ibitinga têm ganhado um novo mercado.

Em 2024, a CPL foi contemplada com recursos do programa, que estão sendo investidos em projetos voltados ao turismo, capacitação de empresários, pesquisas de opinião e ações de comunicação e marketing e promoção de eventos, como a realização do 1º Festival do Enxoval de Ibitinga, que reuniu mais de 200 lojas da cidade, em maio deste ano. “Somos muito fortes na venda online, mas queríamos trazer as pessoas

de volta para cidade, retomar a atratividade turística de Ibitinga; por isso desenvolvemos ações como o Festival do Enxoval e uma campanha massiva na TV e online”, destaca Janaina Fabri Pasqualini, representante da CPL da cidade e vice-presidente da Associação Comercial e Industrial de Ibitinga.

O bordado é uma tradição que atravessa gerações em Ibitinga e que, em 2019, garantiu ao município o reconhecimento como Capital Nacional dos Bordados e Enxovais. A técnica chegou à cidade na década de 1930, inicialmente restrita a uma atividade doméstica. Contudo, com a crise do café no início do século 20, muitas pessoas passaram a bordar para complementar a renda familiar,

conferindo à atividade um novo valor econômico. Muito além da produção têxtil reconhecida nacionalmente — Ibitinga reúne aproximadamente 499 empresas especializadas nesse nicho —, a região carrega histórias bordadas com identidade e muito afeto. Um desses relatos é o de Valdecir da Silva, 56 anos, turismólogo e artesão da Casa da Bordadeira de Ibitinga, que aprendeu a bordar aos 12 anos e hoje é parte viva da memória local.

“O bordado sempre fez parte da minha família: primas, tias e outros parentes bordavam também. Comecei com minha mãe, que era desfiadeira, mas achei que demorava demais e fui para o bordado”, relembra Valdecir. “O bordado daqui é o ator principal que transforma matéria-prima em obra de arte”, destaca o artesão.

Desde 1974, o município realiza anualmente a tradicional Feira do Bordado, considerada um dos maiores eventos do setor no Brasil e que integra o calendário turístico oficial do Estado de São Paulo, atraindo milhares de visitantes de todo o país.

“A Feira do Bordado é o maior evento da cidade. Tivemos uma pausa de três anos por conta da pandemia, mas, neste ano, já notamos um aumento significativo no número de visitantes. Em termos técnicos e estéticos, a estrutura também evoluiu bastante, graças ao fomento que recebemos”, afirma Janaina Fabri Pasqualini, vice-presidente da Associação Comercial e Industrial de Ibitinga.



Os pesquisadores determinaram que no ambiente urbanizado há filtros que impedem o desenvolvimento e a adaptação de aves mais coloridas. Foto: Antonio C. Pavanato

Estudo da USP revela porque as aves megacoloridas sumiram das cidades

Estudo revela como alimentação, tamanho e coloração podem determinar a sobrevivência de aves em ambientes urbanos

A coloração da plumagem das aves desempenha um papel de comunicação, o que pode afetar o sucesso delas em novos ambientes. Ao observar a resistência de certas espécies em meio à urbanização, o biólogo Lucas Nascimento analisou quais fatores criam um filtro entre espaços urbanos e as aves megacoloridas. As aves megacoloridas são as 5%

mais coloridas em comparação com a variedade de espécies em um determinado bioma.

Neste caso, foram analisados Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica e Pampa, de forma individual, e, posteriormente, o Brasil como um todo. Recém-publicado na revista *Global Change Biology*, o artigo *Urbanization Filters Megacolorful, Small-Bodied,*

and Diet-Specialist Species in Tropical Bird Assemblages é resultado da tese de doutorado de Nascimento, que atualmente é pós-doutorando no Instituto de Biociências (IB) da USP.

Ao longo da pesquisa, dois papéis para a plumagem são destacados. O primeiro deles é a sobrevivência, isso porque a ela são atribuídas funções intraespecífi-



cas, como a exibição sexual, e interespecíficas, como a predação e camuflagem. Lucas Nascimento explica que, além deste papel, a plumagem também desempenha um serviço ecossistêmico cultural, neste caso, a valorização da beleza da biodiversidade.

Quem resiste?

Os pesquisadores determinaram que no ambiente urbanizado há filtros que impedem o desenvolvimento e a adaptação de aves mais coloridas. Isso pode ser determinado pelas pressões ambientais. Nascimento destaca a escassez de áreas verdes e as ilhas de calor como fatores determinantes.

Entre as características mais comuns, aves onívoras, que consomem todos os tipos de alimentos – carnes, plantas e algas – foram as mais encontradas. Este fenômeno pode ser explicado por essas espécies conseguirem se alimentar de recursos mais abundantes no ambiente urbano, como ração de outros animais, restos de comida e outros descartes dos seres humanos.

Em relação ao tamanho do corpo, eles encontraram que a proporção de aves grandes é maior do que nos ambientes naturais. Este fator pode estar relacionado à predação. Isso porque os predadores tendem a preferir espécies menores.

O biólogo explica que esses pontos tendem a deixar as aves mais coloridas em desvantagem. “O ambiente urbano seleciona espécies onívoras e espécies grandes, só que as espécies mais coloridas tendem a ser pequenas e com dieta especialista [em oposição à generalista]”, completa.

Além disso, há também um fator social. Segundo o pesquisador,

com base em outros trabalhos, pode-se concluir que quanto mais próximo ao ambiente urbano mais sujeitas são as aves megacoloridas a serem vítimas do tráfico ilegal, o que também contribui para a ausência das espécies.

Academia e população como aliados

Para a coleta de informações, os pesquisadores utilizaram dados

do eBird, uma plataforma de ciência cidadã – parte do processo científico feito por não cientistas. Nesta plataforma, qualquer pessoa, cientista ou não, pode listar espécies que observa em determinado local.

Segundo Nascimento, se a pesquisa dependesse apenas dos recursos tradicionais do arcabouço científico seria necessário uma demanda maior de tempo e dinheiro.



O sabiá-laranjeira é um exemplo de ave resistente ao ambiente urbano.
Foto: Flávio Cruvinel Brandão/Wikimedia



Porém, enquanto pesquisadores, eles podem acessar os dados da plataforma, aliando a ferramentas estatísticas para lidar com possíveis vieses do banco.

Na sua visão, ao usar esses dados, a academia impulsiona a parceria entre não cientistas e a natureza. Ele explica que ao mesmo tempo que a plataforma gera dados, incentiva o fortalecimento da relação dos cidadãos com a natureza.

“Se a gente não fortalecer a nossa relação com a natureza no nosso dia a dia, a gente não vai se preocupar com o que está acontecendo na Amazônia, que para a maioria das pessoas é como se fosse Marte” – Lucas Nascimento

Contemplar o ambiente urbano

A ecologia é o estudo da distribuição das espécies e interações entre elas e o meio ambiente. No ambiente urbano, pode-se pensar na interação das espécies, entre

elas e também com o ambiente em que elas vivem. Nascimento se define como um “biólogo contemplador” e observar ao seu redor o permitiu encarar o ambiente urbano também como um bioma. “Quando estudamos uma determinada espécie ou relação ecológica na Mata Atlântica, podemos chamar de ecologia da Mata Atlântica. Então, os estudos clássicos da ecologia nos outros biomas podem ser feitos em um ambiente urbanizado e chamarmos isso de ecologia urbana”, explica.

A ecologia urbana tem uma particularidade: os fatores sociais. Isso porque, estes espaços dependem diretamente de políticas públicas, sistema econômico e interesses, aponta o pesquisador. Segundo ele, o fator socioeconômico vai determinar a distribuição das áreas verdes, que por consequência determina a distribuição das espécies e a interação delas.

“Se o racismo estrutura a paisa-

gem da cidade, e a gente sabe que estrutura, então ele também vai determinar a ecologia e a distribuição, as interações e a evolução das espécies que operam no ambiente urbano”, exemplifica Lucas Nascimento

Essa ecologia estuda as interações e distribuição das espécies nos ambientes urbanos, mas sem deixar de levar em consideração os fatores sociais relacionados à espécie humana que determinam a adaptação das espécies não humanas. O pesquisador ainda destaca que enquanto a maioria dos outros biomas, como Caatinga, Mata Atlântica e Amazônia, estão diminuindo devido às pressões ambientais, o bioma urbano cresce em área. “No bioma urbano, com as suas características climáticas, abióticas e bióticas [componentes vivos ou não de um ecossistema], tem toda uma natureza resistindo, como o bem-te-vi, por exemplo”, diz, referindo-se ao pássaro bem adaptado e com grande presença no ambiente urbano.

Seleção natural e evolução urbana

A evolução urbana é a ação da seleção natural a partir da ecologia urbana. A área ainda é recente, mas Nascimento avalia que este trabalho foi um primeiro passo para entender as características das espécies que resistem ao ambiente urbano. A menor tendência de aves megacoloridas gera mais perguntas e mais hipóteses para estudos futuros.

Ele explica que na biologia há níveis de organização, divididos entre nível celular, indivíduo, sistema, população, comunidade, ecossistema e biosfera. “O meu trabalho está ali no nível da comunidade, mas o que está acontecendo no nível das populações que está afetando as comunidades?”, completa.





SUA PREFEITURA PODE IR ALÉM

MELHORIA E MENOS
BUROCRATIZAÇÃO NOS PROCESSOS
DO SEU **CONTAS A PAGAR**



COMO FUNCIONA?

- A Prefeitura publica seus compromissos.
- O fornecedor visualiza e opta por antecipar.
- A Prefeitura **mantém seus prazos, sem alterar cronograma de pagamentos.**
- **Zero custo e sem burocracia** para a administração pública.



O QUE PROPORCIONA?

- Transparência.
- Estímulo à economia local.
- Melhoria no relacionamento com fornecedores.
- Não compromete o orçamento público.
- Melhora nos processos e menos burocratização.
Reduzindo o trabalho da prefeitura

Uma **Prefeitura moderna** é aquela que valoriza quem entrega resultados para a cidade.

**Conheça como implantar
em seu município:**



Sebrae-SP inaugura unidade Sebrae Aqui na USP com foco em inovação

Nova unidade vai fortalecer as parcerias existentes no ambiente universitário de pesquisa e empreendedorismo com a USP

O Sebrae-SP inaugurou a 728ª unidade do Sebrae Aqui no estado, desta vez dentro da Universidade de São Paulo (USP), nesta segunda-feira (14). A nova unidade, chamada de Sebrae Aqui USP Butantã, vai ter como foco a inovação com o objetivo de reforçar as ações de desenvolvimento da cultura de

startups e no fomento ao empreendedorismo inovador dentro do ambiente universitário.

A nova unidade também vai fortalecer as atividades e a colaboração entre o Sebrae-SP e a USP, que já possuem diversas ações em parceria, como a incubadora Cietec, o Parque Tecnológico IPT, e a Resi-

dência em Inovação – Nidus, o Hub de startups – Hubic, além de atuar em disciplinas de empreendedorismo.

O atendimento será realizado de segunda a sexta, das 8h30 às 17h30, pelo agente Gustavo Eduardo Pereira. A unidade fica no InovaUSP – Espaço Iris, na Av.



Prof. Lúcio Martins Rodrigues, 370. O telefone é o (11) 3091-3567 ou (11) 2648-1401.

O Diretor-Superintendente do Sebrae-SP, Nelson Hervey Costa, esteve presente na inauguração e destacou o passo estratégico para o Sebrae-SP em consolidar sua presença em um polo de inovação de grande relevância como a USP, ampliando o impacto de suas ações de fomento ao empreendedorismo e fortalecendo a cultura empreendedora no ambiente universitário.

“Hoje é um dia muito especial para nós. A relação entre o empreendedorismo e a universidade é indissociável. Muitos graduandos, mestrandos e doutorandos vão empreender com o objeto de suas pesquisas. Por isso vamos trazer

as ações do Sebrae para o fortalecimento do ecossistema de startups, nossos programas de aceleração, um olhar mais profundo e maior sinergia de todos os atores em inovação para fortalecer as nossas deeptechs, que são as startups que têm a condição de fazer as mudanças mais disruptivas na nossa sociedade e produzir um ativo importante para a nação, que é a solução inovadora, patentes, e colocar o país realmente onde ele tem de estar com toda a sua vanguarda”, destaca o Diretor-Superintendente do Sebrae-SP.

O secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de São Paulo, Prof. Dr. Vahan Agopyan, comemorou a inauguração do novo posto do Sebrae Aqui.

“Estamos concretizando um sonho e integrando a universidade com os setores produtivos. O Distrito é uma ideia que se consolidou através dos períodos difíceis que passamos durante a pandemia, que nos ensinou, na área acadêmica, a importância de se trabalhar em conjunto. Em parceria, conseguimos em poucos meses resultados que demorariam vários anos. O Distrito veio coroar a ideia que trabalhar cada vez mais em conjunto é bom para todos”, comentou Agopyan.

Reitor da Universidade de São Paulo, o Prof. Dr. Carlos Gilberto Carlotti Junior destacou que a USP é muito bem reconhecida pela sociedade paulista e bra-





sileira por sua capacidade de ensino, de pesquisa e de extensão, mas que se faz necessário acrescentar alguns pontos nessas características, como a inovação.

“A USP também precisa ser reconhecida por formar pessoas com capacidade inovadora, que vão formar empresas em São Paulo e no Brasil; formar unicórnios, que vão mudar a nossa ciência e tecnologia e que nós possamos ser um vetor de desenvolvimento social. Isso é uma cobrança mundial das universidades e a USP está se preparando e buscando essas iniciativas para termos esses predicados. Queremos empresas e alunos aqui para que esse conhecimento seja gerado em con-

junto e voltado às necessidades que possam resolver problemas da sociedade. Estamos criando um ecossistema completo de inovação, onde ter o Sebrae Aqui e o Distrito é apenas um primeiro passo”, afirma.

O coordenador da Agência USP de Inovação, Prof. Dr. Luiz Henrique Catalani, comentou que a inauguração do Sebrae Aqui é um momento histórico, tanto da inovação da Universidade de São Paulo, quanto de todo o movimento com o Sebrae ao longo dos anos. “A nossa história de colaboração com o Sebrae começa há muito tempo e agora temos a oportunidade de ter um escritório do Sebrae Aqui, o que fortalece um convênio histórico e muito maior entre as instituições”.

Distrito de inovação de São Paulo

A cerimônia de inauguração celebrou também o lançamento da sala de representação de relações institucionais do Distrito de Inovação de São Paulo, que ficará no mesmo andar do Sebrae Aqui. Trata-se de uma área de inovação urbana voltada à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico, fruto da colaboração entre organizações âncoras de alto desempenho em ciência e tecnologia da zona oeste de São Paulo.

A ação estabelece um ambiente propício à troca de experiências entre universidades, empresas, institutos de pesquisa, instituições de fomento, startups e outros agentes do ecossistema, com o objetivo de impulsionar projetos de inovação e tecnologia.



MPSP e APM realizam pesquisa com prefeituras sobre respostas municipais às emergências climáticas

Gestores estão recebendo por e-mail, formulário on-line desenvolvido pelo Ministério Público de São Paulo para conhecer desafios do setor e boas práticas existentes

O Ministério Público de São Paulo (MPSP) e a Associação Paulista de Municípios (APM) estão realizando, junto aos prefeitos do Estado, uma pesquisa para compreender e caracterizar o cenário atual das gestões públicas em relação à resposta municipal às emergências climáticas e desastres.

O prazo para envio das respostas é o dia 31 de Agosto. O envio do questionário foi feito pelo mail dos gabinetes. Mas podem ser acessados, também, no site da APM. O formulário colaborativo e diagnóstico servirá para o MPSP identificar os desafios e as boas práticas existentes, permitindo traçar um panorama preciso e, assim, desenvolver estratégias de apoio e aprimoramento contínuo das políticas públicas em nível local. As questões deverão ser respondidas até o próximo dia 31 de agosto.

“Mais uma vez a APM e o Ministério Público unem forças para beneficiar os gestores públicos paulistas e, sobretudo, a população. Esse questionário tem o objetivo de conhecer o que os municípios já estão fazendo sobre as emergências climáticas e desastres naturais em nosso estado. Isso vai diagnosticar como está o nosso estado em tempo real nessa questão, permitindo o planejamento de investimentos e parcerias públicas nos lugares certos”, explica o presidente da APM, Fred Guidoni.

A assessora para a área de meio ambiente e mudanças climáticas do Centro de Apoio Operacional Cível do MPSP (CAO Cível), Dra. Tatiana Serra, coordena o estudo e solicita a colaboração dos gestores públicos paulistas. “É importante que o formulário seja preenchido com as informações reais do município, e que haja um trabalho

conjunto entre as secretarias para o levantamento de dados, para que a gente identifique e diagnostique uma real situação de cada município. Com isso, o Ministério Público vai poder mapear toda a estrutura existente e trabalhar, junto aos promotores de justiça e ao governo estadual, para aprimorar o trabalho que já é realizado pelos municípios e prefeitos e prefeitãs”.

Em caso de eventuais dúvidas, os gestores podem entrar em contato com a APM pelo e-mail apaulista@apaulista.org.br ou pelo telefone/WhatsApp (11) 2165-9999, ou com o MPSP por meio do endereço eletrônico caouma@mpsp.mp.br ou telefones (11) 3119-9524 / 3119-9525.

O acesso do formulário pode ser feito pelo site <https://apaulista.org.br/defesa-civil/>



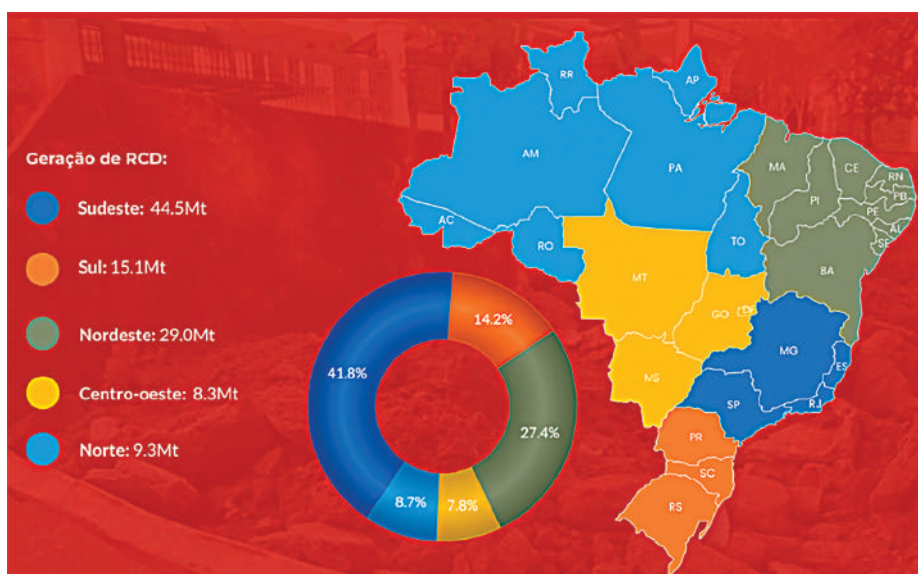


Do entulho à arte: reciclagem de RCD e inclusão em comunidades urbanas paulistas

Por: Autores: Pesquisador Raphael Balduino e Pesquisador Fabiano Ferreira Chotoli

Introdução

A urbanização acelerada e o crescimento da construção civil têm intensificado a geração de resíduos, especialmente os da construção e demolição (RCD), que possuem alto potencial de reaproveitamento. No Brasil, foram geradas cerca de 106 milhões de toneladas de RCD em 2022 (Figura 1), sendo aproximadamente 42 % na região sudeste do Brasil com 44,5 milhões de toneladas. Neste contexto, a baixa inserção dos agregados reciclados no mercado e a falta de infraestrutura em cidades menores evidenciam a necessidade de ações que integrem sustentabilidade, capacitação profissional e inclusão social (MACHADO; ANGULO, 2022). Nos



municípios paulistas, o descarte irregular de RCD permanece como um desafio significativo, comprometendo a saúde pública, o meio

ambiente e o ordenamento urbano. Apesar disso, os resíduos da construção possuem alto potencial de reaproveitamento, desde que



Figura 2 – Espaço do Instituto Favela da Paz que foi destinado para reforma e transformação no ateliê destinado ao Projeto Materializa

corretamente triados e processados. Transformados em agregados reciclados, esses materiais podem ser utilizados em pavimentações, artefatos de concreto e elementos decorativos, promovendo práticas sustentáveis no setor da construção civil (ÂNGULO; ULSEN, 2023).

Ao mesmo tempo, o adensamento urbano em áreas periféricas, quando não acompanhado por políticas públicas integradas de mobilidade, infraestrutura e acesso à educação, tende a acentuar desigualdades sociais — sobretudo entre os jovens em situação de vulnerabilidade. Como demonstrado por Silva, Moraes e Marins (2025), o crescimento vertical desordenado, aliado à precariedade dos espaços públicos — como calçadas inadequadas e falta de acessibilidade —

compromete a qualidade de vida e a inclusão social nessas regiões. Nesse cenário, ações que articulam planejamento urbano, mobilidade ativa e capacitação técnica se mostram essenciais para construir cidades mais justas, inclusivas e sustentáveis.

É nesse contexto que se insere o Projeto Materializa — uma iniciativa que alia sustentabilidade, arte, ciência e transformação social. Idealizado pela Fundação de Apoio ao Instituto de Pesquisas Tecnológicas (FIPT), em parceria com o Instituto Favela da Paz (IFP) e o Atelier O'Reilly, o projeto foi realizado entre 2018 e 2024, tendo como público-alvo jovens do Jardim Ângela, na zona sul da capital paulista.

O projeto teve como proposta central a capacitação desses jovens na produção de peças decorativas em matrizes cimentícias, utilizando resíduos da construção reciclados e materiais básicos da construção civil, como cimento cinza, branco, pigmentos e etc. A ação envolveu treinamentos teóricos e práticos realizados na sede do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), bem como a estruturação de um ateliê permanente no Instituto Favela da Paz para continuidade das atividades. Ao unir reciclagem, inovação e engajamento comunitário, o Materializa demonstra como o reaproveitamento de RCD pode extrapolar o campo técnico e se tornar instrumento de cidadania e pertencimento. Segundo Gonçalves et al. (2021), o objetivo do projeto é formar cidadãos em situação de vulnerabilidade



Figura 4 – Materiais utilizados com as jovens do IFP para moldagens das peças decorativas em matrizes cimentícias utilizando agregados reciclados

de socioeconômica, transmitindo conhecimentos e técnicas para desenvolver produtos artísticos a partir do reuso de resíduos da construção civil, promovendo assim a geração de emprego e renda em assentamentos precários urbanos. A experiência relatada neste artigo pretende contribuir com gestores municipais, organizações

da sociedade civil e instituições técnicas interessadas em replicar iniciativas semelhantes em seus territórios. Ao valorizar resíduos e pessoas, o projeto oferece uma resposta concreta aos desafios urbanos contemporâneos e reforça o papel da construção civil como aliada no enfrentamento das desigualdades socioambientais.

Metodologia

A metodologia adotada envolveu etapas complementares de planejamento, capacitação e execução prática:

■ Planejamento e estruturação do espaço: com apoio do Atelier O'Reilly, foi realizada a reforma de um ateliê no Instituto Favela da Paz. A equipe elaborou plantas, contratou mão de obra e acompanhou a reforma, criando um ambiente adequado para práticas de moldagem, conforme Figuras 2 e 3.

■ Aquisição de insumos e ferramentas: o projeto providenciou moldes de silicone, pigmentos, desmoldantes, ferramentas e materiais cimentícios, além de resíduos processados e caracterizados pelo IPT, conforme Figura 4.



Figura 5 – Diversas peças decorativas produzidas com agregados reciclados, cimento cinza, cimento branco, pigmentos, em diferentes formatos

■ **Treinamento técnico-artístico:** um módulo de 8 horas foi oferecido na sede do IPT, com aulas teóricas e práticas sobre saúde e segurança no trabalho, dosagem de matrizes cimentícias, manuseio de moldes e produção de peças decorativas.

■ **Mão na massa:** quatro jovens da comunidade participaram do treinamento, realizando todas as etapas: pesagem dos materiais, mistura, moldagem, cura das peças e acabamento.

Resultados

Apesar dos desafios enfrentados ao longo do percurso — como a pandemia de COVID-19 e limitações operacionais para obtenção local de resíduos — o projeto alcançou resultados expressivos:

■ **Espaço físico transformado:** o ateliê do IFP foi revitalizado e equipado para continuidade das atividades com as jovens da comunidade, mesmo após o encerramento oficial do projeto.

■ **Capacitação com impacto social:** jovens foram introduzidos a técnicas de produção sustentável, adquirindo conhecimentos técnicos e vivência artística. A experiência promoveu autoestima, empoderamento e ampliou possibilidades profissionais.

■ **Produção de peças decorativas:** as jovens moldaram diferentes objetos utilizando RCD, cimento branco e pigmentos coloridos. As peças resultantes

foram esteticamente refinadas e demonstraram o potencial criativo e técnico da iniciativa, conforme Figura 5.

■ **Difusão e visibilidade:** o projeto foi apresentado no FÓRUM SP 21 e nas redes sociais dos parceiros, fortalecendo o reconhecimento da importância da reciclagem e da arte como ferramentas de transformação social.

Considerações Finais

O Projeto Materializa se consolidou como uma referência de atuação integrada entre sustentabilidade, arte, ciência e inclusão social, promovendo impactos reais na vida das jovens do Instituto Favela da Paz, localizado no Jardim Ângela na cidade de São Paulo - SP. A transformação de resíduos em arte e conhecimento ultrapassa o campo estético: trata-se de construir pertencimento, fomentar oportunidades de geração de renda e ampliar a consciência ambiental e cidadã. Diante dos desafios crescentes relacionados à crise climática e à desigualdade social, torna-se urgente a formulação e a implementação de políticas públicas que reconheçam o protagonismo da juventude das periferias e fortaleçam iniciativas de base comunitária com foco em educação ambiental, capacitação técnica e reaproveitamento de materiais.

A experiência no Jardim Ângela demonstra, continuamente, que

é possível promover cidades mais inclusivas, resilientes e criativas quando diferentes atores — poder público, universidades e coletivos locais — atuam de forma articulada. Assim, este trabalho reforça a importância de se investir em soluções sustentáveis que, ao mesmo tempo, empoderem pessoas e transformem territórios.

Referências

ÂNGULO, S. C.; ULSEN, C. Resíduos de Construção e Demolição: fundamentos sobre gestão e reciclagem. São Paulo: Escola Politécnica da USP, 2023. e-book. Disponível em: <https://www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/991>

GONÇALVES, K. M. et al. Apoio à geração de emprego e renda com resíduos da construção civil em assentamentos urbanos precários: caso do Projeto Materializa – FIPT. In: Fórum SP 21, São Paulo, 2021. Resumo Expandido. Site do evento: <https://sites.usp.br/forumsp21/>

MACHADO, Leonardo C.; ANGULO, Sérgio C. Relatório Pesquisa Setorial 2022. ABRECON. São Paulo: USP, Escola Politécnica, 2022.

SILVA, T. C. M.; MORAES, G. M.; MARINS, K. R. C. Procedimento para análise integrada do adensamento construtivo e populacional e da oferta de calçadas no entorno de estações de transporte de massa. Ambiente Construído, Porto Alegre, v. 25, e138903, jan./dez. 2025. DOI: 10.1590/s1678-86212025000100815





Chamada Pública mapeia soluções tecnológicas para cidades inteligentes no Estado de São Paulo

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo e o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) abriram uma chamada pública para mapear soluções tecnológicas aplicáveis a cidades inteligentes. A iniciativa convida empresas, startups, ICTs, universidades e demais instituições com tecnologias maduras (TRL ≥ 7) a apresentarem propostas que serão analisadas por especialistas do IPT e organizadas em um repositório digital aberto a gestores públicos.

O objetivo é conhecer o que o mercado oferece e facilitar o acesso dos municípios a soluções viáveis, inovadoras e alinhadas às suas necessidades, contribuindo para a transformação digital das cidades paulistas e a melhoria dos serviços públicos.

“Cidades inteligentes representam um modelo de gestão e planejamento urbano fundamentado no uso intensivo de tecnologias, especialmente as associadas às Tecnologias da Informação e Comunicação”, afirma Maria Cristina Machado

Domingues, diretora da Unidade de Tecnologias Digitais do IPT. “Essa transformação digital é essencial para o desenvolvimento sustentável, o aumento da eficiência da gestão pública e a melhoria da qualidade de vida da população.”

Cinco eixos temáticos da chamada:

As soluções inscritas serão organizadas em cinco áreas prioritárias:

:: Conectividade: ampliação da infraestrutura digital, acesso à internet e inclusão digital.

:: Governança e Planejamento Urbano: gestão urbana baseada em dados, transparência e participação cidadã.

:: Mobilidade Urbana: otimização do transporte, redução de congestionamentos e promoção da acessibilidade.

:: Segurança: tecnologias para prevenção e gestão da segurança pública.

:: Serviços Públicos: digitalização e eficiência nos serviços essenciais como saúde, educação, energia, resíduos e processos administrativos.

Visibilidade para os municípios

As soluções selecionadas integrarão o portal Cidades Inteligentes SP e receberão o selo “IPT Programa Cidades Inteligentes”, sinalizando sua aderência técnica e tornando-as mais visíveis a prefeitos e gestores públicos de todo o estado.

A chamada tem caráter investigativo e não representa compromisso de contratação por parte do Governo do Estado. A adoção ou contratação das soluções será de responsabilidade exclusiva dos gestores municipais, conforme a legislação aplicável.

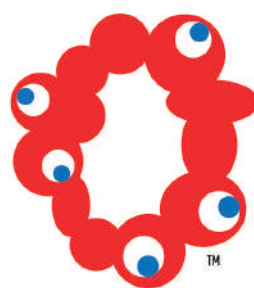
Como participar

As inscrições devem ser feitas exclusivamente online, por meio do site: cidadesinteligentes.sp.gov.br

Dúvidas e mais informações:
cidadesinteligentes@ipt.br



EPIC EXPO JAPAN



OSAKA, KANSAI, JAPAN

EXPO 2025

O Epic é um programa único para abrir a mente, desenvolver novos conhecimentos, conexões, ideias e projetos.

Osaka, Tóquio – Japão

29 de Setembro a 03 de Outubro 2025

1. ACTION-LEARNING

Aquisição de novos conhecimentos, metodologias, frameworks e ferramentas de classe mundial

2. NETWORKING

Conexão com mentes brilhantes e os principais atores do ecossistema

3. BENCHMARKING

Observação das melhores práticas através das visitas técnicas a trílice hélice do ecossistema

4. CULTURAL EXPERIENCE

Vivência sobre a cultura e as experiências oferecidas pelo ecossistema para a sua comunidade

Público alvo:

Gestores públicos, líderes de ecossistemas e empreendedores

Certificação:

Emitida pelo Global Innovation Management Institute (GIMI)

Realização:



Parceiros:



CASABRASIL
Innovation Hub



MAIS INFORMAÇÕES:

+55 11 4200-1272

www.epicprogram.net/expojapan2025





Transformar para Transformar: São Paulo Impulsiona a Revolução Digital no Brasil

A modernização da gestão pública é um desafio constante, impulsionado pelo avanço tecnológico e pelo crescimento acelerado das cidades. Em São Paulo, essa missão ganhou forma há mais de meio século com a criação da Prodam, em 1971. Hoje, a empresa municipal de tecnologia, uma das maiores da América Latina, se consolida como

protagonista na construção de cidades mais inteligentes, conectadas e centradas no cidadão.

A história da Prodam reflete a evolução digital do país. Desde os primeiros sistemas informatizados, que estruturaram o controle financeiro e a gestão fiscal da capital, até a adoção de inteligência artificial e soluções inovadoras, a

empresa mantém e aprimora a sua essência: desenvolver tecnologias que melhorem a qualidade de vida dos paulistanos. Agora, a Prodam dá um passo além, compartilhando sua expertise com outros municípios por meio de um marketplace digital — uma vitrine de soluções testadas e aprovadas, prontas para otimizar a gestão pública em todo o Brasil.

mais de 50 anos, antes restrita a São Paulo, agora está disponível para outras cidades, democratizando o acesso à tecnologia de ponta”, destaca Francisco Forbes, presidente da Prodam.

Tecnologia a Serviço do Cidadão

A empresa vai além da inovação técnica: ela lidera uma revolução cultural na gestão pública. A Prodam abandonou a lógica ultrapassada do “hora-homem” e adotou metodologias ágeis, qualificando equipes e aproximando-se de hubs de inovação. Diálogos constantes com colaboradores, por meio de reuniões quinzenais, criaram um ambiente colaborativo, onde ideias e necessidades da população moldam novos projetos.

A tecnologia da Prodam está presente no dia a dia dos paulistanos. Soluções como o sistema de monitoramento Smart Sampa, a plataforma Tô Legal e o uso de inteligência artificial para aprimorar serviços públicos exemplificam o impacto direto na vida da cidade. “Cidades inteligentes não apenas coletam dados, mas os utilizam para tomar decisões estratégicas. A inteligência artificial é uma aliada indispensável nesse processo”, afirma Forbes.

Compromisso com a Segurança e a Conformidade

Como empresa de economia mista, a Prodam alia inovação à responsabilidade. Suas soluções cumprem rigorosamente as exigências de compliance, cibersegurança e a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), garantindo confiança aos parceiros. Parcerias com grandes grupos de tecnolo-

gia e um corpo técnico altamente qualificado reforçam sua posição como referência no setor.

Um Futuro Conectado

A Prodam não apenas acompanha as transformações digitais — ela as lidera. Suas soluções, desenvolvidas com base em dados, evidências e escuta ativa, estão prontas para ir além de São Paulo, transformando a gestão pública em outras cidades. Mais do que uma empresa de tecnologia, a Prodam é um agente de mudança, provando que a inovação, quando aliada ao propósito, pode tornar as cidades mais humanas, eficientes e preparadas para o futuro.

Com uma trajetória de cinco décadas, a Prodam segue escrevendo o futuro da gestão pública, conectando tecnologia, inovação e cidadania em um só propósito: transformar para transformar.



Francisco Forbes

é empresário com mais de 20 anos de experiência em inovação, tecnologia e mobilidade, no Brasil e no exterior. Fundou a Seed Digital e cofundou a Infracommerce, referência em e-commerce na América Latina. Atuou como Diretor Global de Investimentos na Hyperloop (EUA) e criou negócios focados em mobilidade urbana inteligente. Também é conselheiro de startups e iniciativas de impacto. Foi professor e palestrante em instituições como ESPM, MIT, Stanford, USP e FGV. Seus temas centrais são smart cities, IA e inovação. Atualmente, preside a Prodam-SP, liderando a transformação digital da capital paulista.

Um Novo Modelo para a Gestão Pública

Para atender às demandas de uma era digital em constante transformação, a Prodam precisou se reinventar. Mais do que investir em infraestrutura e capacitação, a empresa adotou um modelo de negócios dinâmico, inspirado nas melhores e mais eficazes práticas do setor privado. O resultado é uma abordagem competitiva, que combina agilidade, inovação e foco em resultados.

O marketplace da Prodam é o coração dessa transformação. Ele oferece desde sistemas completos, como o de regularização de vendedores ambulantes, até serviços de consultoria e infraestrutura, todos projetados para reduzir custos, acelerar processos e entregar valor aos gestores públicos. “Nossa experiência de



Programa de Apoio aos Municípios Cau/Sp: Aproximação que gera resultados

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo (CAU/SP) inaugurou sua participação nas publicações da revista Municípios em sua edição nº 107, com duas matérias que apresentam os propósitos da recém e inédita relação formalizada entre o CAU/SP e a Associação Paulista de Municípios (APM).

A primeira, publicizou o Acordo de Cooperação firmado entre o conselho e a APM, cujo objetivo central é abrir uma frente inédita de apoio técnico e institucional às gestões locais, reforçando seu compromisso

so em contribuir para entregar soluções concretas às cidades.

A segunda, apresentada pela Presidente do CAU/SP, Camila Moreno de Camargo, ressaltou o papel que a arquitetura e urbanismo pode cumprir na oferta de soluções para a vida nas cidades, onde vive 87% da população brasileira, e 95% da população do estado de SP, a partir da construção de diálogos permanentes com gestores, técnicos e autoridades municipais, reforçando a capacidade de inovação que nossos profissionais arquitetos e urbanistas encontram para

enfrentar os desafios da gestão urbana.

Nesta edição, apresentamos aos municípios paulistas, o Programa de Apoio aos Municípios, construído em 2024 – primeiro ano da atual gestão – no âmbito do Planejamento Estratégico 2024-2026 do CAU/SP. O programa, criado com vistas a aproximar o conselho de forma permanente e programática dos municípios, possui uma série ações com potencial de contribuir com as gestões locais em diferentes frentes e formatos.





Os Acordos de Cooperação, como o formalizado com a APM, objetivam promover ações de interesse comum para fomento de políticas públicas que se materializam no território, voltados aos municípios, consórcios intermunicipais e órgãos públicos estaduais e federais, que tenham como fundamental a presença e participação ativa de arquitetos e urbanistas.

Em relação a investimentos que podem ser aplicados em projetos locais, o CAU/SP possui uma série de editais que são lançados anualmente. Para se ter uma ideia da escala dessa ação, vale destacar que o conselho aportou entre 2020 e 2024, mais de 17 milhões de reais em 130 projetos e ações que beneficiaram diretamente comunidades em todo o estado, nas áreas de patrimônio, educação urbanística e ambiental, capacitação de profissionais, projetos de habi-

tação de interesse social e regularização fundiária.

Outra frente importante da nossa atuação, é a produção de publicações e Notas Técnicas que orientam a atuação profissional e a sociedade nas ações desenvolvidas por arquitetos e urbanistas. O conselho também tem realizado uma série de eventos que contam com palestrantes renomados, pesquisadores, autoridades públicas municipais, estaduais e federais, oferecidos de forma gratuita e com transmissão online, permitindo seu acesso por toda a sociedade, se consolidando como espaço para formação de gestores e técnicos das administrações municipais. Da mesma forma, está preparado para oferecer um conjunto de palestras que podem contribuir para construção de políticas públicas e legislações que contribuam com o desenvolvimento urbano e rural local.

Dentre os temas abordados, fazem parte do “cardápio” de palestras: Mobilidade Urbana, Gestão Regional e Metropolitana. Superação do Racismo Urbano e Ambiental, instrumentos Urbanísticos e Licenciamentos, Patrimônio Cultural, Habitação, Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS) e Regularização Fundiária, Mudanças Climáticas, Saneamento Ambiental e Acessibilidade.

Assim, o CAU/SP cumpre com o objetivo de se apresentar como um conselho profissional relevante perante a sociedade, ciente do papel e da função social que a Arquitetura e Urbanismo podem cumprir, que valoriza e busca qualificar nossos profissionais, e capaz de contribuir com os promotores de políticas públicas de diferen-

tes esferas governamentais que atuam para a melhoria da vida nos municípios, tornando-os socialmente mais justos e ambientalmente saudáveis.

Cidades planejadas apresentam melhores resultados sociais e econômicos. Profissionais arquitetos e urbanistas são responsáveis por liderar o planejamento do futuro das cidades, alinhando as práticas municipais às soluções mais inovadoras disponíveis.

Para saber mais sobre o Programa de Apoio aos Municípios, convidamos os leitores a acessarem www.causp.gov.br/apoiomunicipios. Fale também com o CAU/SP via email: apoioaosmunicipios@causp.gov.br, e acesse nosso site causp.gov.br e nosso instagram [causp_oficial](https://www.instagram.com/causp_oficial).



Arq. Urb. Rafael Paulo Ambrosio
Coordenador da Comissão de Relações Institucionais do CAU/SP. Atua nas áreas de Desenvolvimento Urbano e habitação há 18 anos, com ênfase na elaboração de Diagnósticos Urbanos, análise de legislação urbanística, elaboração e revisão de Planos Diretores e Planos Setoriais de Habitação. Desenvolve e coordena projetos multidisciplinares de urbanização de assentamentos precários, regularização fundiária e de habitação de interesse social.



Inexigibilidade de licitação, um instrumento de gestão sob o olhar do controle

A relação entre a Administração Pública e o mercado é regida, como regra de ouro, pelo dever de licitar. Esse mandamento, previsto no inciso XXI do artigo 37 da Constituição Federal, é muito mais que um mero formalismo. É aquilo que garante a isonomia entre os concorrentes e a busca pela proposta mais vantajosa para o erário, de modo que o interesse público seja soberano. A competição é, portanto, o caminho natural para a boa gestão dos recursos que, na República, vale lembrar, pertencem a todos.

Contudo, a realidade administrativa é complexa e, por vezes, impõe desafios que a competição formal não consegue solucionar. Há situações, por exemplo, em que a própria lógica desse instrumento se mostra in-

viável. Nesses casos, o atendimento do interesse público não se encontra na disputa, mas em formas mais imediatas de seleção do fornecedor estatal. É nesse ponto que a legislação, com a devida prudência, abre espaço para a contratação direta, notadamente por meio da inexigibilidade de licitação.

A Lei nº 14.133/2021 tratou do tema com especial atenção em seu artigo 74, buscando aprimorar esse recurso que é, a um só tempo, essencial para a eficiência da gestão e sensível para os órgãos de controle. Analisar a contratação direta sob o prisma da nova legislação é fundamental para orientar o gestor público e qualificar a atuação das Cortes de Contas.

Diferentemente da dispensa, na qual a competição é viável, mas a

lei faculta sua não realização, por razões de eficiência ou oportunidade, a inexigibilidade parte de uma constatação fática: a inviabilidade de competição. Não se trata de escolha, mas de reconhecer a inviabilidade de estabelecer critérios objetivos de julgamento entre múltiplos e potenciais interessados.

O artigo 74 da nova lei, seguindo a tradição de sua antecessora, apresenta um rol exemplificativo. Isso significa que, embora liste as hipóteses mais comuns, a porta permanece aberta para outras situações, desde que a impossibilidade de competição seja demonstrada no processo de contratação.

As hipóteses clássicas foram mantidas e aprimoradas. A contratação de fornecedor exclusivo (in-

ciso I), por exemplo, agora exige uma comprovação mais rigorosa, por meio de atestados de entidades competentes, buscando coibir a criação artificial de cenários de exclusividade. Da mesma forma, a contratação de profissional do setor artístico (inciso II) continua atrelada à sua consagração pela crítica ou opinião pública, um critério que, embora subjetivo, serve de baliza para evitar o puro e simples apadrinhamento.

Hipótese que exige cautelas do gestor e do controlador é a de contratação de serviços técnicos especializados (inciso III), tema que costuma gerar volume considerável de litígios e processos no Poder Judiciário e nos Tribunais de Contas. Em tais casos, a lei exige a cumulação da natureza singular do serviço com a notória especialização do contratado. Ou seja, não se trata apenas de contratar um bom profissional, mas de buscar uma expertise para um problema complexo, não corriqueiro nem rotineiro, no qual a confiança e o conhecimento específico do contratado tornam impraticável a disputa entre diversos proponentes.

Outro tema importante tratado pela Lei nº 14.133/2021 é, sem dúvida, a positivação do credenciamento como hipótese expressa de inexigibilidade (inciso IV). Antes, essa figura era uma construção da doutrina e da jurisprudência, que gerava certa insegurança jurídica aos gestores. Com sua formalização, o gestor ganhou uma ferramenta poderosa para ampliar o acesso a serviços públicos com respaldo legal e transparência.

O credenciamento é a solução ideal nos casos em que a Administração não pretende escolher o melhor fornecedor, mas, sim, contratar todos aqueles que atendam a deter-

minados critérios, formando uma rede de prestadores à disposição da população. O exemplo clássico são os serviços de saúde, em que clínicas e laboratórios são credenciados para atender os beneficiários de um plano. A competição, nesse modelo, não é eliminada; ela é transferida para o cidadão, que escolhe, entre os habilitados, o prestador que melhor lhe convém.

É preciso que fique claro: inexigibilidade não é sinônimo de informalidade ou de ausência de processo. Ao contrário, por constituir exceção, a contratação direta exige um processo administrativo ainda mais robusto e transparente, capaz de demonstrar, sem margem para dúvidas, o acerto da decisão.

O artigo 72 da nova lei oferece um verdadeiro roteiro para o gestor: a instrução processual deve conter a justificativa da necessidade, a razão da escolha daquele contratado específico e, ponto crucial para o controle externo, a justificativa do preço. A comprovação de que o valor pago é compatível com o de mercado é o que diferencia uma contratação legítima de uma suspeita de sobrepreço.

A publicação do ato que autoriza a contratação direta ou do extrato do respectivo contrato em site institucional do órgão contratante é outro importante pilar que fortalece o controle – não apenas aquele exercido pelos Tribunais de Contas, mas também o social, permitindo que qualquer cidadão fiscalize essas ações do poder público.

A inexigibilidade de licitação é, assim, um instrumento de gestão indispensável. Rechaçá-la seria engessar a Administração Pública, tornando-a incapaz de responder a demandas específicas e comple-

xas. A Lei nº 14.133/2021 modernizou suas hipóteses e fortaleceu os procedimentos, oferecendo maior segurança jurídica.

Contudo, a boa utilização desse mecanismo exige do gestor, mais do que conhecimento técnico, probidade e diligência. Cada passo deve ser justificado, pois a ausência de competição acende um sinal de alerta natural.

O papel dos Tribunais de Contas, nesse cenário, é zelar para que a exceção não se torne uma regra conveniente para escapar do controle público. A fiscalização deve ser rigorosa na análise dos pressupostos fáticos e na verificação da economicidade, garantindo que a inviabilidade de competição seja real, e não um artifício criado para direcionar contratos.

O equilíbrio entre a prerrogativa de gerir com eficiência e o dever de prestar contas de forma transparente é o que legitima a contratação direta. A nova lei oferece as ferramentas para isso. Cabe aos gestores usarem-nas com sabedoria e às Cortes de Contas e à população fiscalizá-las com a firmeza que o interesse público exige.



Dimas Ramalho

é conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.



EDUCAÇÃO INCLUSIVA um compromisso ético e constitucional

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 representa o alicerce jurídico da cidadania brasileira. Muito além de organizar o Estado, o texto magno estabelece compromissos inegociáveis com a dignidade da pessoa humana, com a igualdade e com a promoção da justiça social.

Dentre esses compromissos, destaca-se a educação inclusiva das pessoas com deficiência, frequentemente negligenciada ou mal compreendida pelos gestores públicos.

Esse direito não pode ser tratado como um obséquio, mas sim como um dever jurídico imposto ao Estado brasileiro, refletindo diretamente os valores fundamentais consagrados em nossa Constituição. No campo educacional, qualquer forma de discriminação, exclusão ou segregação representa grave violação à ordem constitucional vigente.

O artigo 5º, caput, da Constituição estabelece que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”. Não se trata, portanto, de mera igualdade formal, mas de um princípio de igualdade material, que exige do Estado ações afirmativas e estruturantes para remover barreiras e assegurar, de fato, oportunidades equitativas para todos.

No campo da educação, esse compromisso se manifesta com clareza no artigo 205 do texto constitucional, que consagra a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, promovida com a colaboração da sociedade. A finalidade é o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, objetivos que, naturalmente, incluem as pessoas com deficiência. Assim, a interpretação conjugada desses dispositivos aponta para um modelo de educação plural, aberta e inclusiva, no

qual a diversidade humana é celebrada e não apartada. Nesse cenário, não há espaço legítimo para a exclusão de estudantes com deficiência do ensino regular, tampouco para seu deslocamento compulsório a instituições especializadas, como escolas segregadas. A confirmar esse entendimento, a promulgação, em 2015, da Lei Federal nº 13.146, que instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e que representou um verdadeiro divisor de águas na normatização dos direitos das pessoas com deficiência.

Referida legislação consolidou princípios, garantias e diretrizes fundamentais em relação às pessoas com deficiência, em consonância com a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada pelo Brasil com status de emenda constitucional. Assim, no que diz respeito à educação, referido diploma legal estabelece em seu artigo 28, de forma taxativa, que a oferta educacional deve ocorrer, preferencialmente, na rede regular de ensino, com a garantia de recursos de acessibilidade, apoio especializado e formação de profissionais capacitados.

A ênfase está na integração e no convívio pleno dos alunos com deficiência no ambiente escolar comum, como meio de garantir seu desenvolvimento pedagógico, social e emocional. Já, o artigo 24, da referida lei é ainda mais direto ao vedar a discriminação por motivo de deficiência, tanto no ingresso quanto na permanência em instituições de ensino. Além disso, obriga as escolas a adotarem as adaptações e os recursos necessários à plena inclusão dos estudantes.

Essa estrutura normativa não admite interpretações que permitam ou justifiquem a segregação. A exclusão sistemática de alunos com deficiência



das escolas regulares configura violação à dignidade humana, à igualdade e ao próprio direito à educação, representando um triplo atentado ao núcleo essencial da ordem constitucional. Nesse contexto, é importante destacar o artigo 1º, inciso III, de nossa Magna Carta, que elenca a dignidade da pessoa humana como um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito. Em termos concretos, isso significa que toda atuação do poder público deve se pautar pelo respeito à condição humana do indivíduo, às suas necessidades e potencialidades.

No campo educacional, isso impõe um dever de não segregação. Separar crianças e adolescentes com deficiência do convívio escolar comum, ainda que por exigência dos pais, é negar-lhes o direito ao aprendizado conjunto, à socialização, ao exercício da alteridade e à construção de vínculos fundamentais para a vida cidadã. Trata-se de uma negação de pertencimento e, portanto, de humanidade.

A dignidade da pessoa humana não pode ser relativizada por argumentos administrativos, financeiros ou pedagógicos que pretendam justificar a separação por conveniência institucional. O dever de inclusão é irrenunciável, e seu cumprimento não depende da vontade política eventual dos gestores públicos. Para tanto, é necessário que fique claramente definido o papel de cada ente federativo na proteção da pessoa com deficiência, já que a efetivação do direito à educação inclusiva demanda ação coordenada entre os três níveis da Federação: União, Estados e Municípios. A Constituição Cidadã, em seu artigo 211, estabelece o regime de colaboração, no qual cada ente tem responsabilidades próprias, porém interdependentes.

À União cabe normatizar, financiar e avaliar o sistema educacional. Ela es-

tabelece as diretrizes curriculares nacionais, elabora o Plano Nacional de Educação (PNE) e promove ações redistributivas para reduzir desigualdades regionais. No tocante à inclusão, é seu dever induzir políticas públicas e transferir recursos que garantam a acessibilidade educacional em todo o território nacional.

Os Estados, por sua vez, têm atuação prioritária no ensino fundamental e médio. Devem estruturar suas redes para receber alunos com deficiência, inclusive em colaboração com os municípios. E, aos Municípios compete atuar prioritariamente na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, implementando políticas locais de inclusão, adaptando suas escolas, capacitando seus profissionais e assegurando transporte escolar acessível.

Assim, o sucesso da educação inclusiva depende de um compromisso transversal, cooperativo e contínuo entre os entes federativos. Não se trata de repassar responsabilidades, mas de dividir esforços para garantir, de forma concreta, o pleno exercício do direito à educação por todos os brasileiros, inclusive os com deficiência. Por essa razão, entende-se que qualquer ato administrativo ou judicial que determine, autorize ou aceite a segregação de alunos com deficiência em instituições específicas, fora do sistema regular de ensino, é inconstitucional e ilegal, pois afronta: (i) o princípio da igualdade (art. 5º, CF); (ii) o direito à educação plena e inclusiva (arts. 205 e 208, CF); (iii) a dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, CF); (iv) a vedação à discriminação (arts. 24 e 28 da Lei 13.146/2015); e, (v) os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.

Evidentemente, isso não significa desconsiderar o papel das instituições especializadas, como as APAEs,

já que essas entidades podem e devem colaborar com o sistema educacional, oferecendo apoio técnico, terapêutico e complementar à rede regular. No entanto, jamais podem ser tratadas como substitutas do ensino inclusivo. Portanto, a inclusão escolar das pessoas com deficiência não é apenas um desafio pedagógico, administrativo ou financeiro. É, antes de tudo, uma decisão ética e constitucional. Uma decisão que reflete o tipo de sociedade que desejamos construir: uma sociedade que respeita a diversidade, acolhe as diferenças e reconhece, em cada ser humano, um potencial de desenvolvimento e participação plena.

Negar a essas pessoas o direito de estudar junto com seus pares é perpetuar o preconceito, institucionalizar a exclusão e contradizer o ideal republicano de igualdade. Cabe ao Estado, em todas as suas esferas, garantir os meios necessários para que a educação inclusiva deixe de ser uma promessa legal e se torne, efetivamente, uma realidade vivida em cada sala de aula do Brasil. Como advogados, gestores públicos, educadores ou cidadãos, temos o dever de zelar por esse compromisso, porque uma escola verdadeiramente inclusiva é o primeiro passo para um país verdadeiramente justo.



Luciano Ferreira Peres

Advogado da Associação Paulista de Municípios e Especialista em Direito Público pela PUC-SP



Loterias municipais: arrecadação, projetos sociais e desenvolvimento

Em que pese a proximidade direta com as necessidades da população, entre as três instâncias federativas, os municípios acabam sempre jogados ao fim da fila da arrecadação tributária. Na quebra de braço da legitimidade para a exploração da atividade lotérica, não tem sido diferente.

Ao literalmente ignorar a existência de um terceiro ente federativo, o artigo 35-A da Lei Federal

14.790/2023, que dispôs sobre a exploração das apostas de quota fixa, criou uma verdadeira reserva de mercado. A exclusão prejudicou não apenas os municípios, mas a própria União, que assumiu o ônus de, sozinha, monitorar um mercado indomável, renunciando à receita de tributos federais que poderiam vir a ser auferidos com a regularização das empresas.

Objeto de controle de constitucionalidade no Supremo Tribu-

nal Federal por meio da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 1212, sob a relatoria do ministro Kassio Nunes Marques, a disputa vem mobilizando prefeituras de Norte a Sul. Ávidos por justiça, prefeitos e prefeitas estão procurando fazer valer não apenas o pacto federativo, mas o princípio constitucional da livre concorrência, cujo propósito é garantir o menor preço e a melhor qualidade aos produtos oferecidos ao consumidor.

sibilidades de investimento em melhorias para a qualidade de vida do cidadão.

A concorrência pelo menor preço também justifica a manutenção das loterias municipais. Isto se dá, em primeiro lugar, em função do valor da outorga, que representa, em média, aproximadamente 0,1% do montante cobrado pela União, o que obviamente reflete no menor grau de concentração da estrutura de mercado, reduzindo ainda os incentivos à ilegalidade e criando um ambiente de fair play.

Mas, para além da lista de benefícios, há uma justificativa anterior e fundamental: o respaldo constitucional da legitimidade conjunta para a exploração da atividade econômica. Foi especificamente esta a tese que respaldou duas ADPFs referendadas pela unanimidade do plenário da Suprema Corte.

No âmbito da ADPF 492, o relator, ministro Gilmar Mendes, afirmou parecer acertado “inferir que as legislações estaduais (ou municipais) que instituem loterias em seus territórios tão somente veiculam a competência material que lhes foi franqueada pela Constituição”.

Relator da ADPF 493, o ministro Alexandre de Moraes também entendeu que, à luz do inciso III do Artigo 19 da Constituição, inexistente óbice na exploração das apostas lotéricas por parte dos estados e municípios, o que impediria a União de criar distinções ou preferências entre os entes federativos.

Ou seja, a alegação de inconstitucionalidade é, na verdade, uma tentativa desmedida de extingui-

-las. Afinal, a regionalização da atividade lotérica é uma expressão de melhor prática regulatória e proteção da livre concorrência, diante do crescimento de uma atividade econômica que Estado algum tem condições de breçar.

Quando em 1962, o saudoso Gilberto Freire nos recordou que o Brasil, ainda que fosse uno, era, ao mesmo tempo, uma constelação de Brasis, ele ali destacava a relevância das desigualdades regionais em um país com dimensões continentais.

Acontece que, assim como a Carta Magna comprometeu-se com o combate a estas desigualdades, ela também consagrou, no coração do nosso modelo federativo, a inexistência de uma relação hierárquica entre estados, União e municípios. Assim, pode-se dizer que as loterias municipais são a saída para garantir não apenas a arrecadação, mas a independência a qual os municípios fazem jus.



Ana Sofia Monteiro Signorelli

Advogada e economista, consultora jurídica do Banco Mundial, Diretora Jurídica da Associação Nacional das Loterias Municipais e Estaduais (ANALOME) e presidente da Associação Norte-Nordeste de Direito Econômico (ANNDE)

Neste caso, qualidade tem a ver não apenas com mais capacidade de monitoramento fiscal, mas com a própria regionalização do serviço, que é, indubitavelmente, de interesse local. A LotSeridó, nome de batismo da loteria do município de Bodó, no Rio Grande do Norte, é um exemplo de como o binômio preço e qualidade pode ser potencializado quando entregue nas mãos de um município.

Além do monitoramento obrigatório e da implementação de medidas eficazes para a prevenção de ludopatia, em apenas dois meses de funcionamento, a arrecadação da LotSeridó representou três vezes o valor de Fundo de Participação dos Municípios (FPM) mensalmente repassado ao município. Com o incremento financeiro, ampliam-se as pos-



MULHERES EM DESTAQUE



Por Marilene Mariottoni



Em Cabo Verde

A Consumare Organização Internacional de Associações de Consumidores de Língua Portuguesa realizou o Fórum "Um Consumidor + Protegido é um Cidadão + Seguro", em Cabo Verde (capital Praia), na África, no Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais, em 11 e 12 de junho. A Presidente Dra. Maria Inês Dolci reuniu grandes juristas brasileiros, portugueses e caboverdianos. Esta colunista fez a moderação em "O papel da publicidade na saúde e segurança do consumidor". Na foto: Dr. Richard Pae Kim, Prof. Alassana Valdez, Dr. Antonio Carlos Morato, Dra. Maria Inês Dolci, Dr. José Geraldo Brito Fimomeno, António Felipe Maurício (Embaixada de Angola), Graça Cabral e Dr. Alexandre de Melo Guerra.



Marcha CNM e as 1ªs Damas

A Confederação Nacional dos Municípios (CNM) realizou a XXVI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, de 19 a 22 de maio. A sempre atuante Presidente Fundadora do Movimento Mulheres Municipalistas (MMM), Dra. Tânia Ziulkoski, e valorosa equipe, organizaram o 2º Encontro Nacional de Primeiras Damas. A foto mostra o painel em que participaram: Celsa Brito (Secretária Municipal de Trabalho e Assistência Social de Santarém - PA), Juliana Cintra (falou sobre o trabalho que realizou como Presidente do Fundo Social de Campos do Jordão), Rosângela Ribeiro (consultora de assistência social da CNM) e Dra. Tânia Ziulkoski.



Consulado da Itália

O Cônsul Geral da Itália em São Paulo, Domenico Fornara, a Cônsul adjunta Marianna Haddad, Rita Guarino e equipe, organizaram uma das mais belas comemorações ao Dia da República italiana, em 2 de junho. O 79º aniversário da República italiana foi comemorado na Pina contemporânea, em São Paulo, com recepção e show. Na foto, Marília Marton (Secretária Estadual de Cultura), Dra. Ângela Gandra (Secretária Municipal de Relações Internacionais), Marianna Haddad e Cônsul Domenico Fornara.



Marilene Mariottoni

Marilene Mariottoni jornalista e engenheira. Foi Vereadora por 5 mandatos e Presidente da Câmara de Mogi Mirim. Foi também Conselheira, Presidente do Conselho Deliberativo e 4ª Vice Presidente da APM. É Conselheira da Consumare Organização Internacional de Associações de Consumidores de Língua Portuguesa e Diretora da Federação de Associações de Mulheres da Engenharia, Agronomia e Geociências (FAMEAG) e da AMEAG SP. marilenemariottoni@uol.com.br





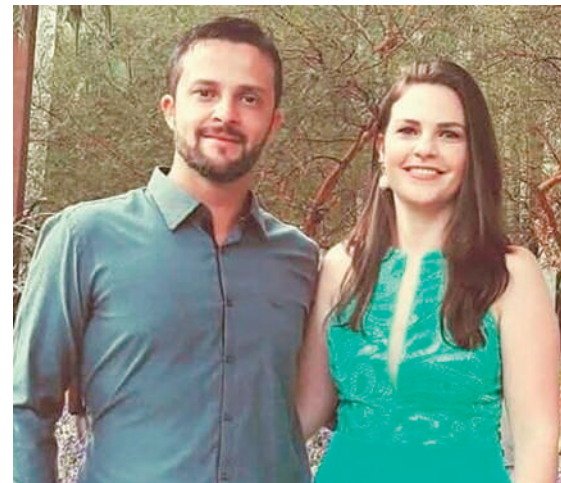
CAU-SP e APM

A Presidente do Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo (CAU SP), Arquiteta e Urbanista Camila Moreno de Camargo, assinou em 25 de maio, com o Presidente Fred Guidoni (APM), convênio prevendo trabalho conjunto para levar soluções, inovações e orientações técnicas aos municípios paulistas. Prevê a realização de oficinas e de cursos voltados aos servidores e aos gestores municipais, a valorização de práticas municipalistas, a participação em Congresso da APM e produção técnica ao setor



Diretora Jeffercy

A Engenheira Jeffercy de Souza Nunes Chad está dinamizando os trabalhos do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) de Aparecida (SP). A competente Diretora já realizou a troca da rede de água e da rede coleta de esgoto da região central, evitando vazamentos. Com recursos próprios, seis estações elevatórias de esgoto foram reformadas e colocadas em funcionamento e outras três receberão as melhorias. Nova captação de água e a reformulação da Estação de Tratamento de Esgoto com projeto FEHIDRO serão suas próximas realizações, protegendo o meio ambiente, com apoio do atuante Prefeito José Luiz Rodrigues.



Camila Lucena

A Presidente do Fundo Social de Canas, município do Vale do Paraíba, Camila Alves Famadas Lucena, tem trabalho voltado à assistência social, junto com o Prefeito Gustavo Zanin Lucena Famadas (foto). Tem forte participação na XIX Festa italiana 2025 – Una Bella Giornata, de 24 a 27 de julho, no Espaço Cultural (antiga Cerâmica), com organização de gastronomia e de shows de artistas. Esta colonista recebeu convite, assim como o Cônsul Domenico Fornara e demais autoridades.



Legado à Igualdade

Sob a coordenação da Dra. Rosane Rosolen de Azevedo Ribeiro e da Dra. Rita Dias Nolasco, foi escrito o livro “Construção de um Legado para Igualdade de Direitos às Mulheres”, com capítulos de várias juristas. O livro foi lançado (foto) em Brasília, em 3 de junho, no Superior Tribunal de Justiça (STJ), em homenagem à Ministra Fátima Nancy Andrighi. Esta colonista, Marilene Mariotoni, engenheira, jornalista e ex-Vereadora e ex-Presidente de Câmara Municipal, escreveu um dos 39 capítulos: “O Legislativo Brasileiro e a Proteção à Mulher”.



CONSCRE 2025

A nova Diretoria do Conselho Estadual Parlamentar de Comunidades de Raízes e Culturas Estrangeiras (CONSCRE), eleita em 2025, é presidida por Marina Hissako Maeda Tikazawa. O CONSCRE foi criado em 2001, pela Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Na foto, algumas representantes de comunidades: Ruth Myriam F. Camacho (boliviana), Nailize Naim Kaba (árabe), Teruko Araki Kamitsuji e Presidente Marina Tikazawa (japonesa), Rita de Cassia Halti (palestina) e Maria Esther Sanches Galeano (paraguaiá).



Homenagem na Paraíba

Em 17 de junho, na Assembleia Legislativa da Paraíba, esta colonista foi homenageada como uma das pioneiras da engenharia no Brasil, no evento “Mulheres Transformando o futuro”, organizado pela Associação Paraibana de Engenheiras, Agrônomas e Geocientistas (APEAG). Na foto, Eng. Gláucia Suzana Batista Pereira, Eng. Marilene Mariotoni (homenageada com Menção Honrosa), também pioneira Engenheira Carmem Eleonora Cavalcanti Amorim Soares (Presidente da APEAG), Eng. Sachenka Bandeira da Hora e Eng. Elizabeth Ramos de Lima.



Vereadora Alessandra

A Presidente da Câmara Municipal de Santa Maria da Serra, a Vereadora Alessandra Bozeli Zani (2º mandato), tem se esmerado em conduzir o Legislativo; seus colegas a reelegeram para a presidência. Desenvolve trabalhos também na área de turismo, tendo-se engajado na realização do 5º Festival Gastronômico da Mandioca, de 11 a 13 de julho, na Praça São Benedito. Culinária a base de mandioca, exposições e shows para proveito da população e de turistas, trabalho também do Prefeito Josias Zani Neto e equipe.



Deputada Juliana Cardoso

A atuante Deputada federal Juliana Cardoso realizou, em 4 de julho, o Seminário de Mulheres – Avanços e Retrocessos na Luta Feminista, na sede do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo (SEESP). A Ministra das Mulheres, Márcia Lopes, participou, a convite da Deputada Juliana que frisou que o objetivo era debater o Brasil que queremos – feminista, popular e com justiça social. Juliana, sempre atuante, foi Vereadora de São Paulo. A Comissão da Mulher Engenheira do SEESP é coordenada pela Eng. Silvana Guarneri.



Doutora Erundina

Cumprimentos à Deputada Federal Luíza Erundina por ter recebido o título de Doutora Honoris Causa da PUC São Paulo, em abril. Parabéns também à PUC SP por esse reconhecimento à ilustre Deputada federal, assistente social, ex-Prefeita de São Paulo e que foi Professora da Faculdade de Serviço Social da PUC-SP. Uma das mais brilhantes parlamentares brasileiras, defensora das Mulheres e da população em geral, está em seu sétimo mandato e é a única parlamentar premiada em todas as edições do Prêmio Congresso em Foco.



IGMIB e Espanha

O Instituto de Governança Municipal Ibero-Brasileiro (IGMIB), presidido pelo Dr. Bruno Oliveira e que tem como Vice-Presidente o Dr. Tomas Law, visitou o Consulado da Espanha em São Paulo, em 24 de fevereiro, informando sobre os objetivos da entidade, como a aproximação dos municípios brasileiros aos espanhóis. A foto retrata o momento da visita: Dr. Marcelo Palavéri, Presidente Dr. Bruno Oliveira, Dr. Pablo Montesino-Espartero (Cônsul Geral da Espanha em São Paulo), Marilene Mariottoni e Fernanda Hebling.

No Instituto Federal

O Engº Joel Krüger (Presidente da Mútua de Engenharia), a Eng. Poliana Krüger (Presidente da Federação de Associações de Mulheres de Engenharia, Agronomia e Geociências), a Eng. Mary Roberta Meira Marinho (Reitora do Instituto Federal da Paraíba), o Dr. Roberto Paulino (ex-Governador e Secretário de Governo da Paraíba), Fátima Paulino (ex-Prefeita de Guarabira) e Eng. Marilene Mariottoni, nas homenagens da APEAG, presidida pela Eng. Carmem Eleonora Cavalcanti Amorim Soares.

Visita à FAMUP

Esta colunista visitou em junho a sede da Federação das Associações de Municípios da Paraíba (FAMUP), constatando o trabalho que realizam na bela sede. Na foto, a Engenheira Roberta Castro (primeira Mulher a presidir o CREA Tocantins e primeira suplente de Deputada federal), Pedro Dantas (competente Secretário executivo da FAMUP), Marilene Mariottoni, Camila Henriques Silva Nascimento (Assessora da FAMUP) e George Coelho (atuante Presidente da FAMUP).





Ministro Andrea Matarazzo

Na Festa da Repubblica Italiana, em 2 de junho, muitos Cônsules em São Paulo estiveram prestigiando e homenageando a Itália. Entre eles, o Cônsul honorário da Polônia, Andrés Bukowski e o Cônsul honorário de Moçambique, Ronaldo Andere e esposa Liliane. Também o ex-Ministro Andrea Matarazzo (com esta colunista na foto) compareceu ao evento que contou com recepção primorosa e concerto de Andrea Pagani Quartet e participação especial de Mafalda Minnozzi, no Espaço de eventos Pina Contemporânea

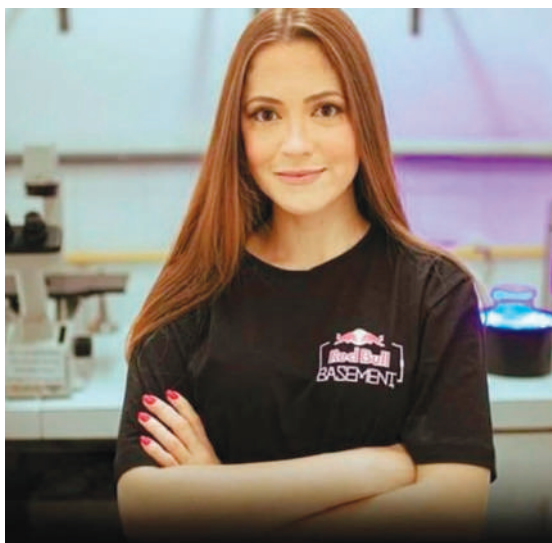


Deputada Maria Lúcia Amary

A combativa Deputada estadual Maria Lúcia Amary, professora e advogada, está em seu sexto mandato e é a primeira Mulher eleita para a Vice-presidência da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, assumindo interinamente a presidência em oportunidades. É a autora da Lei que proíbe a queima de fogos de artifício com barulho, da lei que obriga atendimento especial a mulheres e crianças vítimas de violência sexual e da lei que garante o exame gratuito da cardiocardiografia para gestante. Luta muito por melhorar a situação das mulheres.



MULHERES EM DESTAQUE



Orgulho do Brasil

A Engenheira ambiental Bárbara Goszi- niak Paiva que, em seus estudos verificou que cerca de 35 milhões de brasileiros não têm acesso à água potável, engen- drou uma solução para isso. Criou a garrafa que filtra, esteriliza e refresca a água com energia solar. Sua inovação foi apresentada em concurso de inovação na Turquia, recebendo a medalha de vence- dora do desafio de storytelling, a campeã mundial pela apresentação de um projeto de grande interesse à população.



Fórum Internacional

Organizado pela GCSM Mulher (Global Council of Sustainability and Marketing), tendo à frente a dinâmica Tathiana Hardt Souto Turbian, o 2º Fórum Internacional de Mulheres 2025, em Curaçao, de 24 a 29 de julho, com certificado da Univer- sidade Corporativa GCSM. Muitas pales- tras, debates e troca de experiências entre Mulheres líderes. A GCSM Mulher, pela sua Presidente Tathiana Turbian, em mar- ço, promoveu um Encontro de Consule- sas e, em junho, o 2º Fórum Municipal de Turismo – Desafios e contribuições da Mulher para o setor.



Primeiras Damas

O Palácio dos Bandeirantes foi o local escolhido para a realização da cerimônia de lançamento do Programa Trampolim, em 8 de junho, no auditório Ulisses Guimarães. O evento foi organizado pelas equipes de Cristiane de Freitas, Primeira Dama e Presidente do Fundo Social de São Paulo, do Governador Tarcísio de Freitas e do Secretário de Estado Jorge Lima (Desenvolvimento Econômico). Na foto, Cristiane de Freitas e o Governador, juntamente com grande número de Primeiras Damas que são Presidentes de Fundos Sociais municipais.

Prefeita Valéria

A Prefeita reeleita de Jaci (SP), a empresária Valéria Perpétuo Guimarães Henrique, vem se desdobrando em tra- balhos junto à população. No município, há o Centro de Convivência do Idoso (CCI) que vem realizando muitos trabalhos, como atendimento individual e em grupo de fisioterapia, psicologia, serviço social e recreação e com programação de bordados e artesanato em geral, tudo para bem atender aos municípios. A Câmara Municipal tem nove Vereadores, sendo apenas uma Mulher, a reeleita Vereadora Daise Teixeira.



**SENHORAS E SENHORES
PREFEITOS, VEM AÍ O**

PRÊMIO

TOP

DESTINOS TURÍSTICOS

2025

Na sua 6ª edição, o Prêmio TOP DESTINOS TURÍSTICOS é o mais importante e desejado selo de reconhecimento aos municípios e regiões turísticas que investem e fazem do turismo um vetor de desenvolvimento econômico e social.

Inscreva sua cidade
topdestinosspp.com.br/inscricao

Prepare-se para participar da cerimônia de premiação dia 31 de outubro, no Hotel Terras Altas Resort & Convention Center (km 292,5 da Rodovia Regis Bittencourt) e venha comemorar conosco a vitória como uma das Top Finalistas.

REALIZAÇÃO

ADMB
Ninguém é líder por acaso.

SKÅL
INTERNATIONAL
Connecting Tourism Globally

SÃO PAULO

PATROCÍNIO MASTER

TERRAS ALTAS
— resort & convention center —



CASA
BRASIL
Innovation Hub

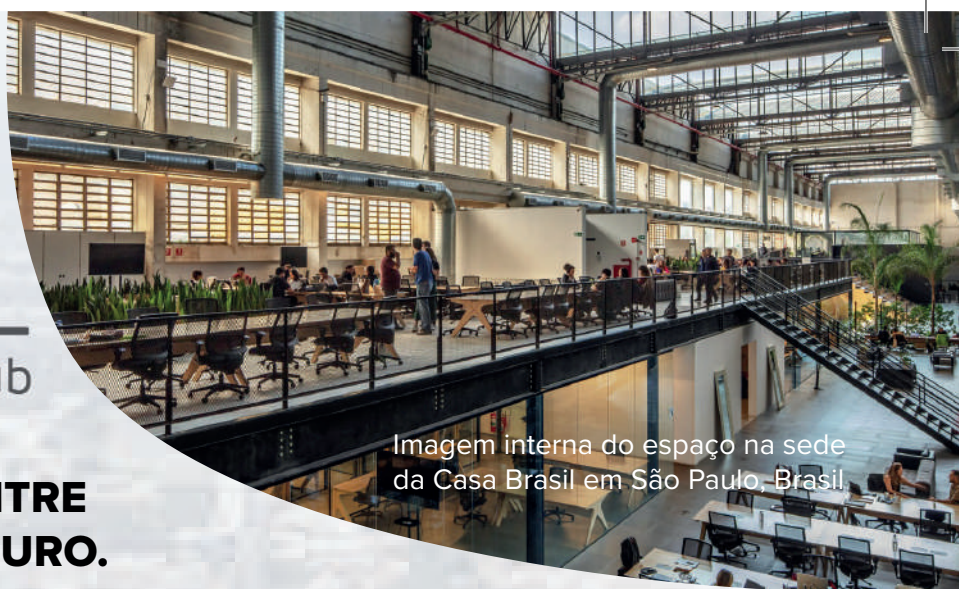


Imagem interna do espaço na sede da Casa Brasil em São Paulo, Brasil.

O PONTO DE ENCONTRO ENTRE A GESTÃO PÚBLICA E O FUTURO.

A **CASA BRASIL** é um HUB global de conhecimento, conexões e soluções para o mundo público.

A iniciativa possui o propósito de:

- Aperfeiçoar a liderança brasileira,
- Obter uma gestão pública de excelência,
- Melhorar o ambiente de negócios no país.

Os membros têm acesso a webinars, formações e imersões nacionais, internacionais, com curadoria especializada para conexões estratégicas e acordos de colaboração.

E mais: um espaço físico em São Paulo repleto de serviços e oportunidades para quem quer evoluir no cenário nacional e internacional.

A **CASA BRASIL** Innovation Hub está sediada em São Paulo, em um ambiente projetado para impulsionar encontros, articulações e experiências que fortalecem a liderança pública brasileira.

STATE
Av. Manuel Bandeira, 360
Villa Leopoldina
São Paulo, SP, 05317-020
Brasil

contato@casabrasilhub.com
+55 11 96225-2254



**Acesse e
conheça mais!**

Parceiros Globais



Parceiros Nacionais



**Conquiste
mais qualificação
sem parar de
empreender.**



Venha para a
**Faculdade
Sebrae**

Diploma em 2 anos

Formação EAD



**Mensalidades
a partir de**

R\$175

**Exclusiva para
micro e pequenos
empreendedores.**



Matricule-se agora mesmo em
faculdadesebrae.com.br



**faculdade
— sebrae**

Toca seu futuro